



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 025

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 46ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Necessidade do pronto restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Decisão governamental, cancelando a venda de combustível aos domingos, nas estâncias brasileiras.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, que focaliza o achatamento dos salários dos inativos do INPS.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Trabalho desenvolvido pela Delegacia Regional do Ministério da Educação no Estado do Pará.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Comportamento de membros do PT em relação aos do PMDB, por ocasião de comícios realizados em praças públicas favoráveis às eleições diretas para a Presidência da República.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Protesto contra decisão do Ministério do Interior, relativamente à desativação do programa de emergência da região nordestina.

DEPUTADO WALMOR DE LUCA — Estado calamitoso das rodovias do Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES — Trabalho desenvolvido pelo Sr. Carlos Guilherme Lima à frente do Banco do Estado do Espírito Santo.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Defesa, pelas razões que expõe, da rápida apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.087.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Observações ao discurso do Sr. Cardoso Alves, pronunciado na presente sessão. Necessidade do resguardo da soberania do Congresso Nacional, para que possa decidir sobre a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE, como Líder — Refutação de conceito emitido pelo Sr. Ministro da Agricultura, por ofensivo a S. Ex^a Indagações ao Sr. Nestor Jost sobre elucidações de fatos que menciona.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA, como Líder — Observações aos discursos pronunciados pelos Srs. Hélio Duque e Irma Passoni, na presente sessão.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Mensagem Presidencial nº 139/83-CN (nº 411/83, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências. **Votação adiada** em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão, após parecer proferido pelo Sr. Joacil Pereira, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 3/84-CN, que oferece.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 47ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE ABRIL DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Concentração em realização na cidade do Rio de Janeiro, propugnando pelo restabelecimento imediato das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO JOACIL PEREIRA — Considerações sobre a campanha desenvolvida no País em favor do restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República. Comunicação do Ministro Jardim Passarinho, feita ao Líder Nelson Marchezan, de atendimento de apelo de parlamentares, no sentido de revisar o Decreto-lei nº 2.087, para exclusão do seu art. 2º, que vem sendo considerado prejudicial aos aposentados.

DEPUTADO JOÃO GILBERTO — Apelo ao Sr. Vice-Presidente da República para que sancione projeto de lei de autoria do ex-Deputado Célio Borja, que amplia a Lei de Anistia. Restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Defesa da liberação de verbas necessárias ao prosseguimento da construção de açude no Município de Pedro II—PI.

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — Análise do memorial da Confederação do Comércio do Nordeste, apresentado na reunião da Confederação do Comércio, realizada em Brasília, sobre o agravamento da situação de pobreza em que se encontra a região nordestina do País.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Apelo ao Ministro dos Transportes, no sentido de que os repa-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

ros ou construção de novas estradas sejam feitos com cimento, em substituição ao asfalto.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA — Observações sobre a campanha desenvolvida pelas Oposições em favor das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Apelo às autoridades da SEPLAN, em favor da liberação dos recursos destinados ao financiamento do custeio da safra de borracha de 1984.

DEPUTADO JOSE TAVARES — Mortalidade infantil no País.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — O problema do manejo e utilização dos recursos hídricos do País.

DEPUTADO DARCY PASSOS — Restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

Substituição de membro em comissão mista.

2.2.4 — Questão de ordem

Formulada pelo Sr. Hélio Manhães e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 46ª Sessão Conjunta em 10 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcelo Miranda

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Pôrto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euríco Ri-

beiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Vitor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edm Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Etevír Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira —

PMDB; Álvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délvio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Maceado — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Féu Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Arton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bástos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa

— PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PMDB; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 454 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há evidentes pressões dos diversos sedimentos da sociedade sobre os políticos que relutam em contrariar 95% da população que deseja eleições diretas, já.

Na minha cidade, em São José dos Campos, foi acesa uma pira defronte à Câmara Municipal que só será apagada quando tivermos eleições diretas. Essa pira foi acesa pelos atletas de toda cidade que vieram de todos os bairros, para se concentrar nesse centro de frente à Câmara Municipal.

Em Jacareí foi levantado um painel com os nomes dos vereadores que apóiam as diretas e aqueles que não apoiam estão com os seus nomes em branco.

Em São Paulo há um grande painel onde aparece os nomes dos deputados que apóiam e os que não apóiam. Agora, surge uma nova idéia naquela região. Após o dia 25 se não houver aprovação das eleições diretas, irão colocar nas portas dos cemitérios placas de mármore preto com os nomes em branco dos que votaram pelas indiretas, isso porque serão mortos politicamente, e se todos os municípios tomarem essa decisão certamente os que hoje estão desafiando a votante popular deixarão a vida política.

Sr. Presidente, é realmente um radicalismo, mas é um desafio que poucos estão fazendo a 90% ou quase 100% da população. Então, é um abuso o que estes homens estão fazendo. As eleições diretas devem ser agora, não podemos esperar mais, não há mais jeito. Tem que haver um paradeiro dos abusos, os escândalos têm que ser estancados, a politicagem tem que ser parada, os gastos desnecessários e abusivos devem ser também estancados. Portanto, os políticos deverão pensar bem porque eles terão uma lápide se votarem pelas indiretas, mas não votarão nunca mais, porque na porta do cemitério, quando formos visitar os mortos, vamos saber também que estão mortos politicamente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As autoridades competentes vêm de tomar uma decisão, já em execução, suspendendo a venda de combustível, gasolina e álcool, em postos próprios, nas cidades consideradas estâncias, em consequência do restabelecimento da venda do mesmo combustível aos sábados, em todo o território nacional.

Como não podia deixar de ser, dita medida já trouxe e agravará sempre prejuízos ao turismo interno. Daí a natural grita gerada, em especial dos Poderes constituídos, e comerciantes das citadas cidades prejudicadas, manifestando-me, agora mais uma vez da tribuna deste Congresso Nacional, eis que tenho vínculos de amizade e políticos com várias e importantes cidades do circuito das águas, no Estado de São Paulo.

O turismo em geral, incluindo o interno que tem sido objeto de ingentes esforços por parte da EMBRATUR, a frente da qual se encontra o Dr. Miguel Col-

suono, com uma gestão eretivamente válida e destacadamente turismo interno para não sofrer profundo abalo, precisa merecer da parte da própria EMBRATUR uma urgente intermediação, junto a quem de direito: o Conselho Nacional de Petróleo, buscando restabelecer a venda de combustível nas estâncias brasileiras. Em razão disso, estou encaminhando ao Dr. Miguel Colasuono que, reitero, vem tendo uma gestão vitoriosa a frente da EMBRATUR um apelo direto, onde, inclusive, ofereço uma alternativa, que me parece válida, qual seja a de, na necessidade de se ter um dia nacional, semanalmente, de proibição de venda de combustível, que se dê um tratamento especial para as estâncias, que ficariam impedidas de vender combustível aos sábados e vespertas de feriados, mas em compensação, teriam liberada a venda de combustível nos domingos e feriados. Esse tratamento diferenciado já constituiria uma ajuda ao turismo interno, já que, de comum, o que o turista precisa é de combustível para o retorno e, como faz o seu retorno nos fins de domingos e feriados, oportuno será que possa reabastecer, para sua volta a origem.

Deixo aqui meu apelo ao Dr. Miguel Colasuono para que, com a urgência possível e com a propriedade de argumentos, busque convencer o Conselho Nacional do Petróleo e quem mais seja, da necessidade de um tratamento especial às estâncias brasileiras.

Oportuno, parece-me, transcrever ao pé deste apelo, a íntegra de Ofício que já encaminhei à EMBRATUR, no dia de hoje, a saber:

“Atendendo à condição da EMBRATUR, responsável pela política e turismo em nosso País, indispensável se torna, acredito, o posicionamento imediato e enfático desse mesmo órgão ante a recente decisão governamental, cancelando a venda de combustível — gasolina e álcool — aos domingos, nas estâncias brasileiras.

Dita medida alcança fundo a totalidade das cidades turísticas, estâncias brasileiras, que vivem muito mais do turismo interno do que o externo.

Ademais se mais recente a prática de turismo interno, demandando as pessoas aos sábados, quando não nas próprias sextas-feiras no fim do expediente, para retornarem no domingo, vem se constituindo de fator positivo, tornando as estâncias mais conhecidas e, conquistando preferências, inclusive para um turismo mais prolongado de que o feito, rapidamente, em fins de semana.

Agora, com a medida governamental, reduz-se consideravelmente o dito turismo interno de fins de semana, gerador de fluxos novos de turismo.

Diante disso, responsável que é a EMBRATUR, reafirma-se, pela política de turismo no País, respeitosamente venho, em atenção aos apelos de autoridades das cidades prejudicadas, em especial do circuito das águas, em São Paulo, alcançando Atibaia, Amparo, Monte Alegre do Sul, Lindóia, Águas de Lindóia, Serra Negra e Socorro, onde atua mais politicamente, solicitando com todo o empenho um posicionamento dessa Empresa em torno do assunto, para que ela se dirija aos poderes competentes, o Conselho Nacional do Petróleo, em especial, pedindo a volta pura e simples da venda de combustível excepcionalmente aos domingos e feriados, e, na impossibilidade disso, que em relação a estas cidades, estâncias turísticas, em defesa do turismo interno, seja feita uma inversão, proibindo-se a venda do combustível nelas aos sábados ou vespertas de feriados, para liberar a venda aos domingos e feriados.

Acredito que qualquer das fórmulas será, sem dúvida, uma contribuição valiosa, não apenas da EMBRATUR, mas fundamentalmente, dos poderes Constituídos nacionais, para fomentar o tão necessitado turismo interno.

Contando com as suas providências, amigo e homem de larga visão que é, um magnífico condutor da EMBRATUR, deixo antecipadamente meus agradecimentos.” (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentavelmente vai chegar o dia primeiro de maio e esta Casa não terá ainda deliberado a respeito do Decreto-lei nº 2.087, que promove o mais violento arrocho salarial nos ganhos dos aposentados. Lamentavelmente só na sexta-feira vindoura é que a mensagem presidencial, que capela o referido decreto, será lida nesta Casa. E após lida nesta Casa a mensagem começa a tramitar, o que torna a situação dos aposentados ainda mais difícil. Eles que ao longo desses vinte anos de regime autoritário tiveram uma redução paulatina, gradativa e sensível em seus ganhos têm, agora, na revivência do art. 44 do Decreto-lei nº 2.064, promovida pelo Decreto-lei nº 2.087, a sua situação salarial terivelmente piorada.

O jornal *Folha de S. Paulo* publica artigo assinado por seu repórter de Brasília, Francisco Sant'Anna, que merece registro nos Anais desta Casa, na sessão desta manhã.

Diz o editorialista:

“No próximo dia 1º de maio, os aposentados e pensionistas da Previdência vão sofrer mais um achatamento em seus minguados proventos. O INPS já decidiu continuar utilizando como base para os cálculos de reajuste dos inativos o salário mínimo não corrigido. Ou seja, a primeira faixa, de até três salários mínimos, será de Cr\$ 171.360 e não de Cr\$ 291.360, como seria caso fosse utilizado o salário mínimo de Cr\$ 97.200, que entrará em vigor dia 1º de maio.

Assim, todos os inativos que estiverem recebendo benefícios entre Cr\$ 171 mil e Cr\$ 291 mil não terão direito ao reajuste integral de 100% do INPC, mas sim 80%. Um aposentado que estiver ganhando hoje Cr\$ 291.360, deverá receber, por esse critério, Cr\$ 478 983,85 e não Cr\$ 496.011,60 caso o INPS utilizasse o salário mínimo correto.

Esta perda de 3,5% pode parecer insignificante à primeira vista. Mas com a diferença de Cr\$ 17.037,75, daria para comprar 46 litros do leite tipo especial a cada mês. Ao longo de um semestre, este aposentado terá perdido Cr\$ 102.166,50. E o que é pior, no seu próximo reajuste ele já estará partindo de uma base de cálculo mais reduzida.

A perda dos aposentados se torna maior, quando o INPC é comparado com a inflação do mesmo período. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o Índice Geral de Preços, que estima a inflação, aumentou 79,24% nos últimos seis meses, em comparação com os 70,1% do INPC, divulgados esta semana pelo IBGE. Com essa diferença, que nem sempre o inativo consegue perceber, ele volta a perder cerca de 11,5% na sua correção.

Se o INPC refletisse realmente a correção da inflação, ou se a aposentadoria fosse corrigida com base no IGP, este mesmo aposentado passaria a receber Cr\$ 522.663,84 em maio, 9,12% a mais. Seriam Cr\$ 43.680 extras todos os meses para uma parcela da população que dificilmente tem como repor esta perda, pois são pessoas muito idosas ou inválidas, sem condições de disputar o mercado de trabalho.”

O que se faz neste País com os aposentados, Sr. Presidente, é de uma tal injustiça e perversidade social que não nos cansamos de protestar desta tribuna. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

tas, como ex-Delegado do MEC no Pará, fico muito feliz em constatar que o atual Delegado dá continuidade ao trabalho por nós desenvolvido. Como exemplo, citamos o recente concurso José Coutinho Oliveira — "Lendas e Mitos da Amazônia" — e que teve como coordenadora a Professora Cléa Ceres da Rocha Matos, sem dúvida a grande responsável pela iniciativa.

Sr. Presidente, faço este registro com muita satisfação e solicito que seja nele inserido o folheto anexo. (Muito bem!)

DOCUMENTO QUÊ SE REFERE O SR. DIONÍSIO HAGE EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO JOSÉ COUTINHO DE OLIVEIRA

REGULAMENTO

O Concurso de monografias sobre "Lendas e Mitos da Amazônia" que se denominará "José Coutinho de Oliveira" será lançado pela Delegacia do MEC no Pará. A pesquisa faz parte da programação cultural, desenvolvida pela Assessoria Cultural da DEMEC/PA, e tem como objetivo principal, estimular a atividade intelectual e, despertar o interesse dos estudiosos para o conhecimento de nosso folclore regional.

I — Do Concurso

Art. 1º O Concurso foi instituído pela Portaria nº 1, de 19 de outubro de 1983, assinada pelo Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura, no Estado do Pará, Prof. Meirevaldo Jonair de Paiva.

Art. 2º O Prêmio José Coutinho de Oliveira, único e individual no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), é concedido à monografia classificada em 1º lugar.

§ 1º A monografia premiada será publicada pela Delegacia do MEC no Pará. No valor do prêmio estão incluídos os direitos autorais da primeira edição.

§ 2º Além do prêmio em dinheiro, serão atribuídas, a critério da Comissão Julgadora, até 3 (três) "Menções Honrosas".

§ 3º As monografias classificadas com Menção Honrosa, poderão ser publicadas pela Delegacia do MEC no Pará, ficando-lhe reservado o direito exclusivo para o cumprimento deste fim durante o prazo de um ano e meio.

§ 4º As que forem publicadas terão como pagamento dos direitos autorais da primeira edição a entrega a seus autores de 300 (trezentos) exemplares.

II — Do Tema

Art. 3º As monografias concorrentes devem ter por objeto tema do folclore regional (literatura oral, magia, crenças, superstições, tabus, religiões populares, medicina popular, linguagem popular e outras manifestações), observadas as versões e a linguagem locais.

Parágrafo único. Só serão considerados os trabalhos de caráter monográfico inéditos, de pesquisa, realizado segundo metodologia científica, que não tenham recebido qualquer financiamento, nem constituam teses defendidas ou em andamento.

III — Da Apresentação

Art. 4º Os trabalhos deverão:

a) ter no mínimo de 50 (cinquenta) páginas de texto corrido, além das relativas a notas, bibliografia e anexos;

b) ser datilografados, em espaço duplo, em papel A-4, formato (210mm x 297mm), com 30 linhas cada página;

c) ser apresentado em 3 (três) vias.

Parágrafo único. No caso de: fotografias, mapas, desenhos, croquis, textos musicais etc., basta figurar o original na 1ª via, juntando-se cópia xerox nas demais. As citações, transcrições, notas e bibliografia, indicar as fontes, com os elementos bibliográficos indispensáveis.

Art. 5º O autor assinará o trabalho sob "Pseudônimo".

Art. 6º Para efeito de identificação, o autor deverá anexar um envelope opaco, lacrado, sobescrito com o título da obra e pseudônimo, contendo uma ficha com os seguintes dados:

a) título da obra e pseudônimo;

b) nome completo do autor;

c) endereço, telefone e CEP;

d) número da carteira de identidade, órgão expedidor;

e) número do CIC.

Art. 7º A monografia deverá ser individual.

Art. 8º Cada autor só poderá concorrer com uma monografia.

Art. 9º Os originais deverão ser entregues à Delegacia do MEC no Pará (Assessoria Cultural), à Rua D. Romualdo de Seixas, nº 820, CEP 66000, impreterivelmente, até às 18:00 horas do dia 10 de julho de 1984, ou remetido pelo Correio, sob registro, prevalecendo, neste caso, a data do carimbo.

IV — Da Inscrição

Art. 10. Os concorrentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados.

Art. 11. A inscrição se efetivará com o recebimento do trabalho, implicando a aceitação, pelo concorrente, das disposições regulamentares.

Art. 12. Não poderão concorrer ao Prêmio José Coutinho de Oliveira ou a "Menção Honrosa", pessoas que mantenham vínculos de natureza empregatícia ou contratual com a DEMEC/PA.

Art. 13. O autor contemplado com o prêmio, só poderá concorrer novamente após um intervalo de 3 (três) anos.

V — Da Comissão Julgadora

Art. 14. O Delegado do MEC no Pará, designará uma Comissão Julgadora composta de 5 (cinco) membros, escolhidos entre os especialistas do assunto e pertencentes aos quadros de Instituições científicas sediadas em Belém.

Parágrafo único. A qualidade de membro da Comissão Julgadora é incompatível com a de concorrente.

Art. 15. A Comissão Julgadora terá liberdade para emitir seu parecer podendo:

a) indicar a monografia merecedora do Prêmio e até 3 (três) Menções Honrosas;

b) opinar pela não-concessão do prêmio, bem como de Menção Honrosa.

Parágrafo único. A decisão da Comissão Julgadora é irrecorribel.

VI — Das Disposições Gerais

Art. 16. Só serão divulgados os nomes dos contemplados com o(s) Prêmio(s) e Menção Honrosa.

Art. 17. Os trabalhos que não se enquadram neste regulamento automaticamente serão desclassificados, e ficarão como os demais trabalhos, à disposição de seus autores, a partir da data da entrega do prêmio, devendo ser retirados no prazo de 6 (seis) meses.

Art. 18. O Prêmio José Coutinho de Oliveira e os certificados de "Menção Honrosa", serão entregues durante as comemorações do Dia do Folclore — 22 de agosto.

Belém/Pará
Assessoria Cultural
DEMEC/PA

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concordo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB — SP) pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É impressionante a maneira pela qual as elites deste País, filiados ao PT e a outros partidos, principalmente alguns estudantes totalitários e alguns grã-finos que não encontram respaldo popular e nem tampouco condições para se elegerem, tratam os políticos nos palanques das eleições diretas.

Estultamente, o PMDB que é senhor dos grandes auditórios populares, chamou para os seus palanques estes senhores que somente se beneficiam das passagens, da hospedagem, do povo, do microfone, do palanque do PMDB, é incrível como maltratam os Deputados do PMDB. Querem fazer voto direto no Congresso, através de emenda, em, Congressistas. É uma forma estranha de aprovar uma emenda constitucional, sem Congressistas.

Há algum tempo, num primeiro comício do PT, juntamente com o Deputado Waldemar Chubassa, Vice-Presidente do PMDB de São Paulo, fui impedido de subir ao palanque. Fui reclamar dos nossos companheiros Djalma Bom e Irma Passoni. S. Ex's, no rés-do-chão, disseram que também estavam impedidos de subir ao palanque.

Vejam V. Ex's, as elites que dominam o PT, elites sociais, econômicas, intelectuais, oprimem até os representantes do povo do PT. Eu não posso ficar muito magoado, porque afinal de contas nem do PT eu sou: é natural que eles queiram esmagar-me. Mas isso me traz à memória, Sr. Presidente, o procedimento político do Professor Sciacia, na Itália. Cansado do domínio das direitas, do fascismo, ele, democrata essencial, pediu legenda ao Partido Comunista Italiano. Foi eleito deputado e, não suportando o totalitarismo do Partido Comunista Italiano, renunciou ao seu mandato para ser honesto consigo mesmo. E têm razão os chamados "esquerdeiros", aqueles que se afirmam democratas, estejam em que partido estiverem, dizendo que lutam pelo povo, querem, na realidade, oprimir todos aqueles que estão contra eles. Fascismo, comunismo, "esquerderismo", é tudo igual em matéria de filosofia política. Não há ditadura mais dura do que as ditaduras de Cuba, da Tchecoslováquia, da União Soviética, da China, não há ditaduras mais impiedosas do que essas. Quando, nos comícios do PMDB, em que o povo é do PMDB, o palanque é do PMDB, o microfone é do PMDB, desfraldam as bandeiras vermelhas do comunismo e de outras siglas, parece que eles querem eleições diretas. Deviam querer também na China, na União Soviética, em Cuba, em todos os países da Cortina de Ferro.

Ou então, Sr. Presidente, nós estamos sendo vítimas da mentira, do engodo, da direita travestida em comunismo, do totalitarismo vestido roupa do esquerderismo. Ser de esquerda, Sr. Presidente, é uma posição muito mais generosa, muito mais digna do que oprimir seus companheiros nos palanques, do que mentir para o povo em praça pública. É lutar por soluções populares, pela democratização da vida, pela participação de todos no conforto, na liberdade, no bem-estar que o Estado moderno está no dever de garantir a todos os seus cidadãos. E querer levar de súbito a cidadão os que compõem uma Nação, não é oprimir, não é querer fazer democracia

sem povo, não é querer substituir o povo pela força, não é querer aprovar emendas constitucionais sem parlamentares. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Volto a esta tribuna, mais uma vez, para protestar contra a decisão que o Ministério do Interior está estabelecendo, relacionada com a desativação do programa de emergência na região nordestina. E o faço porquanto considero a decisão um ato de insensibilidade política, de insensatez e de profundo desrespeito pela dramática questão social nordestina.

E para não me alongar nas colocações, Sr. Presidente, peço que V. Ex^a autorize a transcrição deste pronunciamento breve, que vem capeado por um editorial do jornal **O Povo**, do Ceará, em que, nenhuma consideração particular ou de interesse envolvendo candidaturas presidenciais, esse jornal coloca a questão de maneira bastante objetiva, relacionando os impactos desorganizativos em termos econômicos sociais que a medida acarretará, principalmente quando o inverno chegar.

O Banco do Brasil, até aquela época, não havia garantido recursos para o custeio agrícola, mas somente a partir daquele momento em que houve todo um processo de replantio. E a cultura mais rápida que poderia ser colhida dentro de alguns dias é a do feijão. O ciclo, o menor possível, seria de 45 dias. Mas o fato fundamental é que nem os 45 dias decorreram, desde que está prevista a desativação, nem tampouco as pessoas vivem apenas da possível colheita de feijão. Os outros produtos que serão colhidos e comercializados lá para julho ou agosto são os que garantirão a receita para aquisição dos outros bens. É dentro desta colocação que não descansarei, e não deixarei de trazer, diariamente, o meu protesto, até que S. Ex^a, o Ministro do Interior se sensibilize, já que se sensibiliza com tantos outros problemas, os pessoais principalmente, se sensibilize com a questão que massacra a vida, que inquieta a vida de milhões de nordestinos. (Muito bem!)

DOCUMÉNTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO LUSTOSA EM SEU DISCURSO:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não descansarei e não cessarei de protestar contra a irresponsabilidade, a insensatez e a insensibilidade do Governo Federal em desativar o programa de emergência, face os efeitos altamente nefastos quer do ponto de vista econômico quer do ponto de vista social que a medida acarretará.

E para caracterizar o meu protesto, e como em torno de tal reivindicação unem-se todos os nordestinos, independentemente de cor partidária, com o único propósito de não gerar mecanismos adicionais de descapitalização de uma área já tão aviltada pelas secas, pelos governos e pelos maus políticos.

Como os argumentos já foram por mim amplamente colocados e como muitas vozes já se levantaram, diariamente virei aqui, a esta tribuna, e não calarei, transmitindo meu pensamento ou o pensamento de outros, através de depoimentos e artigos, demonstrando a injusta postura do governo se assim proceder.

Fazemos um apelo ao Presidente Aureliano Chaves para que mande o Ministro do Interior retificar a sua atitude e mudar o seu comportamento, pois a medida não recebe o apoio de ninguém. Consulte o Superintendente da SUDENE, o Presidente do Banco do Nordeste e o Diretor do DNOCS se, em sua consciência, eles concordam com a desativação dos bolsões em função das reper-

cussões que tal medida acarretará sobre a atividade econômica e o quadro social do Ceará em particular.

Face as considerações já feitas, agrego hoje ao meu protesto o editorial do jornal **O Povo**, sob o título Manutenção dos Bolsões, de sábado último, em que avalia a irracionalidade dos desligamentos que irão ser processados. Imaginemos o impacto de 1,1 milhão de trabalhadores desempregados. A seguir o editorial.

MANUTENÇÃO DOS BOLSÕES

A SUDENE está disposta a promover a partir do fim do mês em curso a dispensa dos ruricolas engajados no programa dos "Bolsões da Seca". Pelo que foi anunciado, os "cortes" serão feitos em três etapas, a primeira das quais se efetivará no dia 30 de abril, e não no dia 15 como previsto de início; a segunda no dia primeiro de maio, por ironia o Dia do Trabalho; e a terceira, no dia 15 do mesmo mês. Assim, a espaços que vão de um a 15 dias, serão desligados, com 15 mil cruzeiros no bolso, nada menos de 625 895 trabalhadores rurais em todo o Estado.

Onde a lógica do desligamento? A lógica está no inverno, que se considera "pegado" para todos os efeitos. E esse aspecto que nos traz de volta ao assunto, coerentes com o princípio de que certas questões, pelo relevante interesse público que revestem, devem ser debatidas "ad-nauseam". Sejamos, pois, repetitivos. A primeira indagação quer nos ocorre é esta o que vai fazer da vida, com quinze mil magros cruzeiros no bolso, e numa região onde o feijão custa mais de dois mil cruzeiros o quilo, um homem plantou sequer a terra por descrença na continuidade das chuvas afinal de contas o tempo fez, ao longo dos últimos cinco anos, muitas falsetas ou porque não dispunha de sementes?

Em dia desta semana, acompanhado de repórteres, o diligente Secretário de Agricultura, Alfredo Lopes, visitou vários municípios do Médio e do Baixo Jaguaribe. E o que constatou "de visu"? Constatou que em ambas as áreas tem chovido a canticos, o solo está empapado e há muita água nos açudes e nos barreiros da beira da estrada. Registrô o repórter desta folha que o acompanhou: "As chuvas de janeiro e fevereiro não foram animadoras. Em Limoeiro muita gente começou a plantar agora e só haverá feijão verde dentro de 45 dias e milho um espaço de 70 dias. Houve mais sol do que chuva em janeiro e fevereiro, fazendo com que se plantasse em pequena escala. Era um risco muito grande trabalhar nas lavouras comprando sementes com dinheiro do próprio bolso, sem qualquer garantia. Pois bem. Onde a lógica de desligar do emprego de ganho ínfimo um homem que, se plantar agora, ou se tiver plantado na semana passada, só vai pagar na espiga de milho ou na vagem de feijão daqui a no mínimo 75 dias? Entretanto, o municípios onde se observa esse quadro pouco estimulante estão incluídos na terceira etapa da desativação prevista para 15 de maio.

Noutros municípios relacionados na segunda etapa verifica-se situação quase idêntica. Daí acharmos, a desativação precipitada, nos prazos fixados, ainda que as chuvas prossigam. Mais justo seria, a nosso ver que se liberassem os trabalhadores para cuidar da terra, mas recebendo o salário até que disponham, efetivamente, de frutos da terra e que a atividade rural se revele capaz de reabsorver a força de trabalho expelida nos clímacos das secas.

Ao lado disso, é preciso, também, que os órgãos do Governo sejam previdentes, se antecipem à eventualidade de o setor rural não reagir na medida desejada, em face dos fatores impeditivos da expansão das lavouras, e tratem de programar, desde já, a execução de obras de açudagem já projetadas ou em processo de concorrência, com o intuito seja de aumentar os recursos hidráticos, seja de absorver a mão-de-obra que não encontrar oportunidades de trabalho nas atividades tradicionais e que voltará, inapelavelmente, a pressionar por emprego e comida.

E em nome de 1 milhão de cearenses que não podem prescindir dessa pequena renda oficial, que defendemos a manutenção, pelo menos por mais 90 (noventa) dias quanto a safra, se confirmada, já estará em processo de comercialização dos denominados "bolsões das secas".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walmor de Luca.

O SR. WALMOR DE LUCA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já faz quase um ano da tragédia que se abateu sobre o meu Estado, quando as águas submergiram vários municípios de Santa Catarina. E passado quase um ano — tempo suficiente para o trabalho de recuperação que compete ao DNER — quase nada foi reposto. Isto pode ser facilmente observado ao longo das Rodovias Federais que cruzam SC, seja no litoral, onde encontramos a BR-101, toda esburacada, acostamento — quando existente — desnivelado da pista. Em verdade toda a BR-101 que de há muito vem merecendo atenção do Ministério dos Transportes, dado o calamitoso estado de conservação em que se encontra. O precário Estado de conservação denota a incúria, o despreparo e o desinteresse do DNER para com Santa Catarina. A BR-101 é uma das rodovias mais importantes do País. Sobre ela escoa a maior parte das mercadorias de SC e RS com destino aos demais Estados do País. Da mesma forma a BR-101 é rota fundamental no sentido contrário, isto é, por lá circulam os bens produzidos nos outros Estados e destinados a SC e RS e também aos países vizinhos, especialmente a Argentina e Uruguai, também no oeste, a BR-163 está transformada numa verdadeira armadilha para os seus incautos usuários, face aos inúmeros trechos totalmente destruídos e ainda não recuperados. Inclusive, motoristas, vereadores e políticos de São José do Cedro — onde passa a rodovia — estão dispostos a interditar a BR-163, se não houver providência do DNER na manutenção da rodovia. Igualmente, a BR-116 carece de recuperação, sofrendo ainda intensamente os estragos resultantes das enchentes do ano passado.

A BR-153 — ao longo de seu percurso em território catarinense — tem inúmeros trechos que são verdadeiras armadilhas, acaípões mesmo; percurso destruídos que não foram restaurados; o trânsito é precário; semanalmente ocorrem acidentes dos mais graves. Dezenas de carretas de transportes já tombaram nos precários desvios que permanecem como estavam a dez meses atrás.

Sr. Presidente, além das vidas humanas que correm terríveis riscos — vidas humanas portadoras de direitos inalienáveis — são enormes os prejuízos econômicos, com caminhões danificados, destruídos, com cargas preciosas estragadas e que não chegam ao seu destino, enfim, um prejuízo completo. Sim, Senhor Presidente: mas não estão em jogo apenas prejuízos econômicos — o que constituiria por si só fato gravíssimo, algo lastimável num momento de aguda crise econômica, mas sim vidas humanas, cujos valores não podem ser medidos por números; portador de direitos inalienáveis, o cidadão brasileiro, o cidadão catarinense já tão explorado por um regime que nos humilha constantemente, merece um tratamento mais digno.

Só para exemplar, Senhor Presidente, lembro que no percurso da BR-153 que atravessa Irani, cidade do oeste catarinense, as águas levaram 300 metros de alfarro, isto há 10 meses, como os mesmos não foram recuperados até agora, tal fato obriga o trânsito a se escoar por um desvio precário de 6 quilômetros, verdadeira arapuca, de maior risco, alta periculosidade para os seus auditores e termerários transeuntes.

No momento em que todo o Brasil se voltava para Santa Catarina, quando todos estavam emocionados e se

solidarizando com o drama de meus conterrâneos, foram prometidas verbas para recuperar estradas barrigas-verdes. Há pouco o Presidente Figueiredo viajava ao meu Estado. Viajava para SC, na Festa da Maçã, passa o dia todo mal humorado — como se o povo fosse o culpado dos fracassos do regime autoritário, não dá uma palavra ao público, nem por questão de urbanidade agradece às homenagens que lhe foram prestadas. Em, verdade pouca gente para aplaudi-lo, compreensível nesta hora de tantos sacrifícios que o Governo vem submetendo o povo brasileiro.

Anuncia-se, então, a liberação de 35 bilhões de cruzeiros para a BR-282 — velha e antiga aspiração barriga-verde —, estrada que liga o litoral ao planalto catarinense, cuja construção vêm se arrastando há mais ou menos oito anos. Sr. Presidente, esta verba é insuficiente para a conclusão da rodovia, mas para aqueles que pensam que é muita coisa, muito dinheiro, basta lembrar que esta quantia corresponde apenas e tão-somente 17 horas dos juros que a Nação paga pela dívida externa de 100 bilhões de dólares;

Aproveito para lembrar que em relação a BR-163 que atravessa o extremo oeste catarinense, passando por Itapiranga, Descanso, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Barracão, no Paraná, havia um acordo internacional entre o Brasil e Argentina para a conclusão da rodovia, celebrado a mais de dez anos. Ocorre Senhor Presidente, que o compromisso argentino já foi cumprido, não o nosso.

Mas mais chocante ainda é o anúncio feito pelo Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo que já comunicou a disposição do governo em liberar um bilhão e quinientos milhões de cruzeiros para construção da BR-163, rodovia que cortando o extremo-oeste catarinense, integrará aquela próspera região ao restante do País. Essa ínfima e mesquinha quantia significa — passem, Senhores Deputados — apenas 43 minutos, do que o País paga anualmente de juros — aos banqueiros internacionais.

Sr. Presidente, Senhores Congressistas: nós pagamos altas taxas, pagamos tributos extorsivos como a TRU, que subiu 100 por cento em média, neste ano em relação ao ano passado. E este dinheiro vai para onde? Teoricamente deveria ser canalizado para melhoria e restauração de nossas estradas. Que está fazendo o DNER com esse dinheiro? Senhor Presidente, Santa Catarina tem sido historicamente vítima do descaso, do desinteresse e da incúria de autoridades dita competentes, que nada fazem para a melhoria de nossas estradas ou a construção de muitas prometidas.

As verbas concedidas para o término da BR-282 e 163 são ínfimas, mequinhos mesmo. Para o sofrido povo catarinense o governo fecha as mãos, mas é liberal e pródigo para conceder 120 bilhões de cruzeiros a CAPEMI, 60 Bilhões a DELFIN, 160 bilhões à Independência-DECRED, 370 bilhões para cobrir o rombo do escândalo adubo papel, 420 bilhões a Coroa-Brastel, 100 bilhões a Continental, afora os escândalos, outros como o grupo Tieppo, Lutfalla, Lume, Halles, Banco Econômico, etc., no maior quadro de corrupção e impunidade já visto na história do Brasil.

Para compensar os rombos dos golpistas sobre dinheiro, porém, para atender às justas reivindicações, da gente brasileira, em particular dos flagelados catarinenses, os recursos são poucos, escassos, insignificantes, mesquinhos e liberados gota a gota, de forma homeopática, humilhando e revoltando todos nós catarinenses, independente da postura partidária!

Já tarda a hora do Governo Federal cumprir a palavra empenhada com SC, na hora da dor e da aflição da gente barriga-verde.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Manhães.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É-me imperioso registrar nos Anais do Congresso Nacional, desta oportunidade, um fato que realça a nova filosofia implantada no sistema financeiro de meu Estado, o Espírito Santo, através da empresa holding, que é o BANESTES e todas as demais empresas afiliadas que vêm apresentando neste primeiro ano da administração até inaugurada, um resultado verdadeiramente positivo.

Mais do que a repercussão, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que este trabalho conseguiu nos limites do nosso Estado, recentemente a revista *Veja*, de grande circulação nacional, em uma reportagem a respeito dos bancos estaduais, registrou o desempenho magnífico do Banco do Estado do Espírito Santo, incluindo-o, com mais um estabelecimento estadual. Dois apenas ficaram fora do "chicote", expressão da revista, do Banco Central, das sanções, de advertências e de outras questões que foram postas pelo Banco Central em relação à situação crítica a que foram levados os bancos estaduais neste País. Invariavelmente apresentando déficits até certo ponto vergonhosos, vamos dizer assim, e que revelam a situação da crise nacional até mesmo nesse setor de grande importância para a nossa economia.

As empresas do BANESTES no Estado, apresentaram, entre outros resultados que aqui podemos registrar, a Distribuidora apresentou um lucro extraordinário, depois de um período de prejuízos, e a assembléia realizada aumentou o capital de 334 milhões de cruzeiros para 1 bilhão e 800 milhões; a BCI, que trata do crédito imobiliário, aumentou o seu capital de 1 bilhão 993 milhões para 3 bilhões 448 milhões de cruzeiros; a financeira aumentou o seu capital de 675 milhões para 2 bilhões e meio de cruzeiros; a seguradora, de 742 milhões para 2 bilhões 260. E atenção para esse detalhe, Sr. Presidente e Srs. Congressistas: de 20 de março até o final do ano passado, o Banco aumentou o seu capital de 9 milhões para 17 milhões de cruzeiros, na assembléia recentemente realizada. Sendo que ontem, mês de abril, esse capital foi elevado para 21 milhões de cruzeiros. Mas há um ponto fundamental: é que o lucro, só em janeiro, o lucro do sistema bateu todos os recordes da história, somando a importância de 3 bilhões e 400 milhões de cruzeiros. Outro detalhe de grande importância, muito expressivo: os depósitos do BANESTES em 1983, eram de 13 bilhões de cruzeiros e, em dezembro de 1983, esse depósito somou a importância 50 bilhões de cruzeiros; a poupança passou de 8 bilhões, para 40 bilhões de cruzeiros; aumentou o sistema em 34 postos de serviços, interiorizando toda a sua atividade pelo Estado do Espírito Santo. Inclusive, amanhã, no sul do Estado, nossa região, mais um posto de serviço, em Piaçú, Município de Muniz Freire, vai ser inaugurado, atendendo praticamente todos os municípios do seu plano de expansão.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esses registros que estamos fazendo são através de números com fatos, e contra fatos não há argumentos.

Queremos, portanto, ao deixar consignado nos Anais da Casa, neste registro, enaltecer a administração dinâmica do Sr. Carlos Guilherme Lima e de toda a sua equipe de trabalho no sistema financeiro do BANESTES, até mesmo o ponto de socorro, vamos dizer assim, a fonte principal de recursos para atender à situação do funcionalismo público estadual que o Governo Camata encontrou com três meses de pagamento atrasado, em 1983.

Ao fazer este registro aqui, prestamos uma justa homenagem na pessoa do Presidente do BANESTES, o Sr. Carlos Guilherme Lima, pelo trabalho dinâmico, pelo trabalho profícuo, pelo trabalho devotado que vem realizando à frente do Banco do Estado do Espírito Santo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O Sr. Jorge Uequed (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa:

A sociedade brasileira está acostumada à violência dos decretos-leis.

Trabalhadores e aposentados estão aconstumados a terem os seus vencimentos reduzidos por ato de violência do Governo.

Mas agora um fato inusitado: o Congresso Nacional manobra para que o Decreto-lei nº 2.087 possa funcionar dia 1º de Maio, atendendo assim à pressão do Ministério da Previdência Social e fazendo com que os aposentados percam 2% do seu aumento.

Apesar do Decreto ter saído em dezembro, até hoje ainda não foi lido nas sessões do Congresso Nacional. E apesar das reivindicações constantes de parlamentares, para que se proceda à leitura de imediato, a fim de que o Congresso possa apreciá-lo, antes do dia 1º de Maio para aprová-lo ou rejeitá-lo. Se o Congresso entender que são justas as reivindicações do Ministro da Previdência Social e efetuar o desconto de 2% no aumento dos aposentados, o Congresso tem que assumir. Ou se o Congresso entender que isso é violência contra aqueles que já ganham vencimentos miseráveis, o Congresso deverá rejeitar e impedir que, no dia 1º de Maio, quando se faz o reajuste semestral dos vencimentos dos aposentados, eles sejam descontados em 2% desses vencimentos. Mas o que acontece é que vamos para o quinto mês em que o Decreto-lei dorme no Congresso Nacional. Dorme tranquilamente e apesar do brado de alguns parlamentares à Mesa do Congresso Nacional, que é a Mesa do Senado da República, se mantém insensível, desumana, cruel, como se não tivesse nada a ver com esse tipo de problema.

Agora, recebo informações de que vai ser lido sexta-feira, dia 13, e a comissão será instalada na próxima segunda-feira. O relator então terá vinte dias, donde se estaria a dizer que, antes do dia 1º de Maio, o Congresso Nacional não vai cumprir a determinação e a aspiração popular de examinar essa matéria, de rejeitá-la ou, então, de aprová-la, se tiver coragem para isso.

O que está acontecendo é que a Mesa do Senado, que dirige o Congresso Nacional, está quase que na mesma posição do Governo, insensível às coisas que tocam ao Brasil.

Não é possível, Sr. Presidente, que durante cinco meses, todas as manifestações de parlamentares da Tribuna, com solicitações das mais variadas, a Mesa não encontre soluções políticas para evitar a desmoralização do Congresso. Uma das funções da Mesa Diretora é preservar a boa imagem da Instituição, e não se preserva a boa imagem da Instituição, permitindo que um Decreto-lei fique cinco meses aqui sem ser apreciado, permitindo que os aposentados sejam descontados — embora os Deputados e os Senadores se manifestem aqui da tribuna, pedindo à Mesa que se encontre uma solução política para antecipar a leitura, a fim de que se possa examiná-lo antes do dia 1º de Maio.

Quero acusar a Mesa do Senado de estar prejudicando os aposentados brasileiros; é a Mesa do Senado que está em conivência com o Ministério da Previdência para arrumar recursos para a Previdência Social, recursos para a Previdência que serão sugados de aposentados, de viúvas e de órfãos. Que triste papel esse que se reserva a alguns homens públicos eleitos pelo voto do povo, numa insensibilidade que chega a chocar, chega a demonstrar aquilo que, quando alguns atacam o Congresso, dizem da sua ineficácia, da sua inoperância, da sua incompetência. São cinco meses, e a Mesa não encontra solução política para uma manifestação do Congresso. Se o Congresso quiser votar a favor, que tenha coragem e o faça. Mas se quiser votar contra que tenha a possibilidade de fazê-lo, coisa que a Mesa está impedindo, está mandando, não está cumprindo com o seu dever. Quem

vai sacar aposentados, órfãos e viúvas, a partir de 1º de Maio, não será apenas o Decreto-lei do Governo, será também a convivência da Mesa do Senado, será a convivência da Mesa que, por inoperância, por incompetência política, por falta de imaginação, por falta de perspectiva social acaba se concluindo com um Decreto-lei que é uma violência. Não aceito o argumento de que tirar apenas 2% é tirar 2% de quem já não pode perder mais nada; é tirar 2% de quem já perdeu muito nos últimos três anos, pela incompetência do Governo em gerir a Previdência Social. Se não faltasse a insensibilidade do Governo, agora a Mesa do Senado Federal, que dirige os trabalhos do Congresso Nacional, se mantém como se nada tivesse a ver com esses problemas e não assumisse uma posição de lavar as mãos, como mera explicação à sociedade, de que deve obedecer a uma tramitação numérica, de que está esperando posições definitivas, definidas e claras dos homens públicos. Quem vai saquear aposentado quem vai tirar dinheiro das viúvas e de órfãos é a Previdência Social em conluio com a Mesa do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Primeiramente, gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Cardoso Alves que a sua reclamação é justa e deixar registrado o seguinte: nos comícios que são programados pelos partidos de Oposição, são formadas comissões interpartidárias em que a decisão de quem fala, ou não, é decidida pelo próprio partido. Portanto, deve-se verificar porque o próprio PMDB não lhe garantiu a palavra nesse comício, assim como protestei sobre o fato citado aqui por S. Ex*, quando também não tive a ocasião de subir ao palanque no comício organizado pelo PT, em São Paulo. Só para deixar registrado isso, e encaminhar a sua reclamação ao Diretório Distrital do Ipiranga, ao Diretório Estadual de São Paulo que lhe responderá quais foram os vetos que aconteceram no sábado, no comício do Ipiranga. Porque eu mesma defendo a total liberdade de participação, e a importância de cada um de comprometer-se com a própria organização política, e a manutenção dessa organização para que a palavra seja garantida, como o poder Político no seu próprio Estado, no seu próprio distrito.

Considero que o Deputado foi infeliz no momento em que generalizou a questão das bandeiras vermelhas, das estrelas, etc. Acho que cada partido tem a sua forma de se expressar, tem a sua forma de se manifestar. Isto não quer dizer que somos favoráveis às ditaduras do proletariado, por exemplo, cuja política o Partido dos Trabalhadores não compartilha; mas compartilha de uma visão política de partido de massas, reforçado novamente na sua Convenção nacional de sábado e domingo agora e, como partido de massa, defende o amplo direito e a autonomia de cada país para determinar a sua própria forma política de se reger, respeitando a sua própria forma, preconizando que o Partido dos Trabalhadores lutará por uma ampla e democrática expressão de todas as áreas sociais. E por isso, não age como uma imposição de ditadura, como foi registrado aqui.

Tenho certeza de que construído o Partido dos Trabalhadores temos muitos problemas, muitos defeitos a enfrentar, isso nós o sabemos. Temos, ainda, a maturidade política a ser conquistada, mas há um desejo sério de classe trabalhadora brasileira de fazer política. Se erros ainda cometem é porque há vinte anos, foi retirado aos trabalhadores o exercício livre da política brasileira, concedendo-lhes apenas o direito de serem massas de votos de manobras, sem direito de exercer essa política.

Quem sabe teríamos uma democracia mais aperfeiçoada se tivéssemos, ao longo do tempo, a liberdade de organização partidária em todos os níveis, principalmente para a classe trabalhadora, que é a maioria do povo brasileiro?

Quero registrar, ainda, Sr. Presidente, a nossa preocupação em relação às comunicações de ontem feitas pelo Deputado Jorge Arbage, que diz o seguinte, segundo o jornal *Correio Braziliense*: "Não tenho dúvida de que, a continuar esse estado de coisas, com esses comícios, sobretudo esse do Rio, a Câmara aprovará as diretas e o Senado se curvará a esta tendência."

Se o Deputado Jorge Arbage já reconhece que o próprio Congresso tem força, tem consciência de que deveria aprovar as eleições diretas, não é possível que o governo use do seu poder militar como ato de desespero, para evitar que se faça aqui o exercício da democracia. É preciso que se respeite, que se respalde, que se consagre neste Congresso a vontade do povo brasileiro, manifestada em todos os comícios brasileiros, que quer eleições diretas.

Também repudiamos as formas de fechamento, de cerco, como diz também hoje o jornal, dizendo que Brasília está sendo cercada pela Polícia Militar do Planalto, impedindo o livre trânsito de carros particulares, com outros objetivos de fiscalizar, etc. etc., coisa que não ocorria anteriormente.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, estamos chegando no auge da luta popular que exige a volta das eleições diretas. O Brasil inteiro se manifesta — municípios, distritos, grandes capitais, cidades interioranas — o Brasil inteiro exige a mudança da política nacional. Para ele, hoje, a sua força de mudança é o voto direto, a sua forma pacífica e honesta de força que exige as eleições diretas para Presidente da República. Portanto, esses comícios, como o de hoje, que será histórico no Rio de Janeiro, como outros tantos que foram históricos por este Brasil afora, reflete a vontade popular que não pode ser abafada pela força das medidas de emergência, como se quer, confundidas, ontem, como estado de emergência, o que impediria a votação de qualquer emenda constitucional neste Congresso. Seria decretar o retrocesso político nacional, mesmo com medidas de emergência, sem o estado de emergência que impediria qualquer votação. As próprias medidas de emergência impedem a verdadeira expressão do povo brasileiro.

Por outro lado, o cerco se dá, também, no impedimento da imprensa, do rádio e da televisão, para que não informem à população brasileira o que irá acontecer aqui no Congresso no dia 25. Tentou-se camuflar o que aconteceu ontem no Ministério das Comunicações, mas sabemos que o que está em jogo é: "ou vocês não publicam ou nós controlaremos as emissoras de rádio e televisão". É a pressão institucionalizada pela força do poder, pela força do poder do Ministério das Comunicações, que quer, por baixo do pano, impedir a verdadeira liberdade do exercício de imprensa. Até mesmo desta Casa, o próprio Líder do PDS pede medidas de emergência! Isto é o caos, é um absurdo que não podemos permitir. Nesta Casa há uma grande diferença no exercício da democracia que hoje se exercita, por exemplo, nos ministérios da área militar, onde se faz uma grande distinção entre os civis e militares. Nesta Casa, nós não podemos institucionalizar ditadura; fomos eleitos democraticamente pela vontade do povo, vontade que nos mandou para esta Casa, vontade a qual temos que corresponder. Querem impedir o exercício da ação democrática, o livre exercício desta Casa, pois medidas de emergência seriam o não exercício livre desta Casa. As pressões nesta Capital, as medidas de emergência em outras capitais, ou até o estado de emergência, partem de quem já se sente derrotado.

Os que são contrários às eleições diretas devem assumir a sua posição, porque é o povo brasileiro quem as quer; não são apenas os parlamentares desta Casa que a

querem. O povo brasileiro quer eleições diretas e nós temos que consagrar a vontade popular, e não impedir o exercício do Congresso no dia 25, impedir que se vote ou controlar as manifestações nossas e do povo brasileiro. Partilho da ideia de que devemos ter a tranquilidade na votação, mas a tranquilidade não significa o exercício do poder militar dentro desta Casa. Não é por aí que se garante a tranquilidade da votação. A tranquilidade da votação é a expressão de cada militar dizendo o seu voto. Agora, o Brasil inteiro vai saber, estando presente ou não a televisão, o rádio; o Brasil inteiro vai saber quem votou favorável ou contra. Então, aqueles que estão se sentindo ameaçados, sabem que são contrários à vontade do povo, sabem que se votarem contrário às eleições diretas, serão cobrados a vida inteira. Isso já aconteceu em São Paulo — temos os exemplos claríssimos daqueles que passaram do MDB para ARENA, quando somente alguns poucos se elegeram depois, porque o povo os repudiou com o seu voto, porque não foram de acordo com o exercício parlamentar, segundo suas promessas, seus compromissos na época em que se elegeram.

Portanto, quero registrar que não aceitamos esta interferência das medidas de emergência para nos calar. O povo falará muito mais forte, sua voz está pelo Brasil afora, e ninguém vai segurar as eleições diretas neste País. Cedo ou tarde elas virão. Acho que seria mais equilibrado, seria de acordo com a vontade política nacional se nós, hoje, respeitássemos a vontade que os parlamentares têm de votar. Portanto, não os impeçam com medidas de emergência, muito menos com o estado de emergência. Em segundo lugar, que esta fiscalização policial-militar que está acontecendo na cidade não impeça ao povo de se manifestar pelas diretas, como aconteceu, por exemplo, na quinta-feira, quando aqueles caminhantes viriam até o Congresso para dizer o que pensavam.

Toda medida de força, de qualquer lado que ela venha, impede o verdadeiro exercício da cidadania.

Repudiamos, não aceitamos, e queremos que a instalação da visão democrática neste País, que vem agora pela vontade do povo, pelas eleições diretas, seja respeitada, e que sejam dadas condições para que os parlamentares livremente se expressem, e não sejam coagidos pelas medidas de emergência exigidas pelos que já estão derrotados e então usam da força para conquistar isso.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concederei em seguida. Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A agricultura neste País precisa se transformar na grande prioridade nacional. É urgente que isto ocorra. Contudo, para o Ministério da Agricultura são notoriamente remetidos, nestes últimos anos, homens destituídos de qualquer tipo de compromisso com o efetivo crescimento da produção agrícola deste País.

Vejam V. Ex* que proclama-se a exuberância de uma produção de 53 milhões de toneladas de grãos — o meu Estado responde por 30% do total desta produção — quando o Brasil teria todas as condições hoje, numa projeção de política agrícola articulada, de curto e de médio prazos, também o vosso Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, de atingir 100 milhões de toneladas de grãos.

Vejam que ainda agora, enquanto o Ministério da Agricultura se debate, através do seu titular, em agredir jornalistas e parlamentares, nada se contempla em termos de respeitar a agricultura brasileira que, nestes 4 últimos anos de recessão econômica foi o único setor pro-

dutivo a ter uma base de crescimento positivo na economia deste País. Eis que no ano passado a agricultura registra 2 fatos positivos, em termos de crescimento a indústria registra 3,8 negativos, produto da recessão econômica, do sucateamento industrial que aí está. Mas, a agricultura não é prioridade, Sr. Presidente, sobretudo para o Governo do Presidente João Figueiredo.

A triste figura que passou por 4 anos no Ministério da Agricultura, esta Casa se incumbiu de conhecê-lo desde a legislatura passada, a partir do dia 02 de março, de 1980, em que denunciávamos e comprovamos o investimento do então Ministro, como um golpista dos interesses do Sr. Mathias Macline, Presidente da Sharp. Naquela época tentava-se assaltar um milhão de hectares, no Estado do Mato Grosso, de propriedade de uma central de cooperativas do meu Estado, o que lesaria os interesses de 28 mil cooperados da região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná. Agora, Sr. Presidente, nesta última semana, o novo titular do Ministério da Agricultura, chegando ao seu Estado, esquecendo-se que, por certo, já foi parlamentar, nesta mesma Casa, esquecendo-se já ter tido uma militância política, porque candidato derrotado o foi, ao Senado, por seu Estado, em 1974, pelo grande brasileiro que honrou o Senado da República, Senador Paulo Brossard de Sousa Pinto; mas seguramente e certamente saudoso dos tempos arbitrários do Ato Institucional nº 5, quando Presidente o foi do Banco do Brasil, despejou conceitos falsos, culminando com acusação a este Parlamentar de ser leviano. Leviano não sou, Sr. Presidente, o Ministro sim é um homem mal educado que desonra a República, porque infelizmente é seu Ministro. As denúncias que apontei, desta tribuna, esperam uma resposta do Sr. Nestor Jost, que não queira S. Ex^a se esconder sob o manto do dilúvio do minuano gaúcho, para tentar intimidar brasileiros.

No último sábado encontrava-me no interior de meu Estado, participando de comícios pelas eleições diretas, quando fui localizado por um repórter do jornal **O Estado de S. Paulo**, que me traduzia o conceito manifesto pelo Senhor Ministro durante uma tumultuada entrevista, na sala VIP do Aeroporto de Porto Alegre. Devolvo a S. Ex^a, o Senhor Ministro, todos os conceitos que quis a mim lançar, dizendo a S. Ex^a que, Ministro da Agricultura que não o é — S. Ex^a que já foi delegado de Polícia, assuma essa condição, sobretudo especialista em jogos e costumes — passe no seu Ministério a apurar, com rigor, os lamentáveis e lastimáveis escândalos que não tenho nenhum prazer e satisfação de trazer esta manhã a esta Casa, Sr. Presidente mas que ali existem.

Se S. Ex^a está irritado com este parlamentar porque a partir de um discurso que fiz, aqui, impedi uma tentativa de ser lançado mais de 200 bilhões de cruzeiros, numa composição de dívida, envolvendo o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, em relação a uma central de cooperativas do seu Estado; porque cooperativistas que somos, defendemos a integridade do cooperativismo. Contudo, pelo bom nome do cooperativismo é preciso que se expugne algumas aristocracias que se têm alimentado da corrupção para denegrir o próprio cooperativismo e é o que ocorreu naquele Estado. A CENTRAL SUL, segundo afirmava-me o seu Presidente, é uma cooperativa que hoje tem um total de bens equivalentes a 70 bilhões de cruzeiros. Possuo, de uma Empresa de auditoria independente do próprio Estado do Rio Grande do Sul, um levantamento que estima o máximo de 40 bilhões de cruzeiros como patrimônio global dessa cooperativa, e essa central de cooperativas tem hoje um rombo, produtos de mil versão, de dolosidade de exportações frias, de contas no exterior como esta que tenho em mãos o extrato, conta nº 0197. Nesta conta, hoje, há a descoberto 15 milhões de dólares; conta que chegou a ser movimentada no **Bank of American**, Houston, capital do Texas, um montante global de 200 milhões de dólares. O **Bank of American** está a cobrar 15 milhões de dólares, que é o bu-

raco que lá existe. E perguntaria ao Sr. Ministro Nestor Jost: será que é o Banco Nacional de Crédito Cooperativo que irá, também, honrar esses 15 milhões de dólares; de uma conta até então secreta, sob o ponto de vista da contabilidade, daquela central de cooperativa, nobre Deputado Ivo Vanderlinde, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa? Dinheiro utilizado e processos que correm, hoje, no Forum público, da capital do Rio Grande do Sul, demonstram a malversação de recursos públicos, demonstram, por exemplo, coisas impressionantes. Gostaríamos de que antes do Sr. Ministro nos chamar de levianos, tivesse a consciência. V. Ex^a, hoje como Presidente da Comissão da Agricultura, assistiu os tristes fatos quando da sua presença aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Permaneci por cinco horas como terceiro orador inscrito — numa delegação da liderança do meu Partido — e fui impedido de inquirir o Sr. Nestor Jost. De baixo desse angu tem muita tramóia. Aqui, por exemplo, está a exportação no valor de dois milhões e quatrocentos e noventa e sete mil dólares para uma empresa da União Soviética, datada de 18 de dezembro de 1982. Tenho em mãos a nota promissória, sem timbre.

Aqui está uma cópia do seu original. Desde já exijo que o Sr. Ministro Nestor Jost acione o INCRA, através da sua diretoria de cooperativismo, acione o Banco Nacional de Crédito Cooperativo para saber se existe essa empresa Exportkhleb. Este papeuzinho, aqui, Sr. Presidente, sem timbre, papel em branco, que poderia ser emitido em qualquer corredor, motivou a emissão de warrant que foram feitos de dois milhões e setecentos mil dólares. Aqui está uma prova de crime. Tenho em mãos outra no valor de dois milhões e setecentos mil dólares que dispenso-me de fazer considerações. Trata-se do mesmo tipo de operação. Desde já é importante que o Ministério da Agricultura apure os fatos, antes de agredir jornalistas — todos os fatos que o jornalista Francisco Oliveira de **O Estado de S. Paulo** indagou foram fatos já tratados aqui e na imprensa brasileira.

Então, que o Sr. Delegado Nestor Jost, do passado, assuma a condição de delegado de polícia — porque sabemos que Ministro da Agricultura não é de coisa alguma — e apure esses volumosos escândalos esclareça até a participação de S. Ex^a, o Sr. Ministro da Agricultura.

Sr. Presidente, através da correspondência: DC-09492 enviada à CENTRAL SUL, com um relatório complementar — uma empresa que o Sr. Nestor Jost era presidente, a GRANO LEO, com sede e estrela no Rio Grande do Sul e escritório comercial em Porto Alegre — fazia a cobrança de 135 mil, 871 dólares e 59 cents, a título de juros. O que o próprio Banco Central da República considerou é que essa cobrança era inconsistente, porque não era dado o direito às empresas que operam no mercado futuro, no mercado de hedge ou na bolsa de Chicago, cobrarem juros de operações que se desenvolvam no mercado de hedge.

Gostaria que o Sr. Ministro da Agricultura, antes de acusar-me de leviano — porque leviano não sou — respondesse, não como o fez na Comissão de Agricultura. Sr. Presidente, lastimo muito V. Ex^a não ter sido já Presidente àquela época. Esses fatos, tive a oportunidade de dizer ao Sr. Ministro da Agricultura, não como acusação, mas até no discurso, nobre Líder do PDS, que fiz desta tribuna, abrindo um crédito ao então Ministro da Agricultura, mas dizendo que esses aspectos precisavam ser bem esclarecidos. Não me venha V. Ex^a se esconder, como tentou fazer, dizendo que era presidente sim, mas que tem apenas 1,8% do capital da GRANO LEO e que não lembrava desta operação.

Pois bem, Sr. Nestor Jost. Antes de agredir jornalistas com o nome de palhaço, de imbecil, de bobalhão e de outro tipo de adjetivo, eu fico até a pensar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, será que o Ministro estava dentro do seu completo controle mental necessário a um Ministro,

durante a viagem, ou não? Não o estou acusando, porque são tão perplexos os fatos que estão aqui e que vou pedir a sua transcrição no final deste meu pronunciamento, Sr. Presidente, e que são estarrecedores. A agressão feita ao jornalista Francisco de Oliveira é uma agressão feita a toda imprensa brasileira, porque quero atestar a V. Ex^a e à Casa que este jornalista é um elemento da maior dignidade e da maior competência. É um jovem de pouco mais de 28 anos que há doze anos é um grande repórter **d'O Estado de S. Paulo**. Trabalhou em Curitiba, no Paraná, durante muito tempo e, hoje, ele não é apenas um repórter, é o chefe da sucursal do jornal **O Estado de S. Paulo**, em Porto Alegre. A solidariedade que este grande jornal brasileiro tributou ao seu profissional foi numa nota de redação ao dizer:

“Será desnecessário dizer qualquer coisa a propósito deste incidente. Nele espelha-se por inteiro um Ministro da República Federativa do Brasil, detentor de uma parcela de autoridade. Este é o Brasil de 1984, 20 anos depois de março de 1964.”

O que faço como indagação, porque eu não concebo que um homem público chegue a este nível de desregramento. Será que S. Ex^a durante o vôo — será, não é acusação, é indagação — será que razões éticas não teriam provocado esta brutalidade de reação do Sr. Ministro da Agricultura? É o que fico a crer, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, agora os dois pontos básicos. Primeiro, venho à Tribuna hoje, em nome da liderança do meu partido, para dizer ao Ministro Nestor Jost que quero e agora não quero: agora exijo! É o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através da sua bancada nesta Casa do Congresso Nacional, que exige que S. Ex^a explique aquilo que aqui já tratei, o porquê dos 135 mil dólares, que uma empresa de que ele era o Presidente, cobrava da CENTRAL SUL.

Segundo ponto, por que o seu Chefe de Gabinete é um cidadão de profissão desconhecida, de nome de Moziul Silveira Saudades que deve ser um excelente leão de chácara, porque o jornalista Francisco Oliveira, segundo o texto do jornal **O Estado de S. Paulo**, foi empurrado da sala VIP, quando num tom de histeria delinqüente, o Sr. Ministro exigia a expulsão desse profissional da sala VIP do Aeroporto de Porto Alegre. Eu tenho aqui um contrato de prestação de serviços, assinado aqui em Brasília, dando como sede o Hotel Torre, onde o Sr. Moziul Silveira Saudades assinava contrato por um ano com a CENTRAL SUL, portanto, até o mês de fevereiro deste ano, percebendo 400 ORTNs de salário da CENTRAL SUL e com a característica, recebendo de modo antecipado.

Eu posso aqui, Sr. Presidente, uma ação ordinária de arbitramento de honorários profissionais, que deu entrada no Forum público de Porto Alegre, no dia 21 de fevereiro, agora, onde a CENTRAL SUL diz neste documento encaminhado ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 10ª Vara Civil de Porto Alegre, que o Sr. Moziul Silveira Saudades fora contratado para acompanhamento de assuntos em Brasília. Que tipo de assunto? Lobismo.

O advogado que sustenta esta petição, o seu salário na CENTRAL SUL era de 300 mil cruzeiros, o salário deste lobista aqui em Brasília, do equivalente hoje em valores de ORTN, 4 milhões de cruzeiros. Este é o Chefe de Gabinete do Sr. Nestor Jost. Não estou acusando, estou querendo saber se hoje existe dentro do Ministério da Agricultura uma isenção para apurar e punir, porque o escândalo CENTRAL SUL/BNCC é superior ao montante de recursos do escândalo Coroa/Brastel, que até agora foi o maior já ocorrido neste País. E este até agora representa 403 bilhões de cruzeiros, e sem punir ninguém; está se tentando fazer um rescalonamento de dívida injetando mais 150 bilhões de cruzeiros, do dinheiro público, dentro de um setor.

V. Ex^o, Senador Marcelo Miranda, é representante de Mato Grosso do Sul e eu agora, sem nenhum desrespeito aos demais parlamentares que estão aqui de outros Estados também produtores, nós sabemos que o EGF agora liberado foi de 30 bilhões de cruzeiros para toda a agricultura brasileira, quando somente o meu Estado tem uma necessidade hoje, Deputado Dilson Fanchin, de 700 bilhões de cruzeiros, não para efeito de doação, não para efeito de escândalo, mas para efeito de dar um sistema de sustentação de preços numa hora em que o governo sai do mercado, os grandes interesses multinacionais entram adredeamente para comprar em baixa esses produtos e mais uma vez espoliar o lavrador brasileiro.

Para este setor 30 bilhões de cruzeiros, para um escândalo mal-cheiroso desta ordem está a se anunciar 200 bilhões de cruzeiros.

Não sei se S. Ex^o, o Sr. Ministro, está irritado com este Deputado porque desta tribuna há quinze dias já proferiu uma fala onde dizia que se esse dinheiro for liberado, entrarei com uma ação popular contra S. Ex^o. Seguramente deve ter sido isto o porquê S. Ex^o me considerou leviano.

E a terceira indagação, Sr. Presidente, aqui está: O Secretário-Geral do Ministro é um homem que esteve depondo no Rio de Janeiro no dia 11 de setembro de 1971, num processo da CADE, órgão subordinado ao Ministério da Justiça; esteve depondo, mesmo sendo Superintendente do Banco do Brasil, até então, no Estado do Rio Grande do Sul, depondo a favor do Sr. Ari Dionisio Dalmolin, a favor da CENTRALSUL e chegava dizendo partes, assim textuais do que consta no processo, que o banco tem a obrigação de controlar rigorosamente as compras, armazenagem, industrialização e a comercialização de todo o produto e dos subprodutos, vistoriando quase que semanalmente todos os estoques, embarques dos produtos, não constatando no caso qualquer irregularidade e que o banco mantém rigoroso controle sobre as garantias que são soja em grão, óleo e farelo de soja. Este homem é o atual Secretário-Geral do Ministério da Agricultura.

As três indagações que já fiz, nobre Deputado Paulo Mincarone, valoroso representante do Rio Grande do Sul, desta tribuna ao Sr. Ministro volto agora a reafirmá-las e a exigir, porque o conceito de leviano não aceito. Vamos ver, Sr. Ministro, quem é leviano. Eu estou com os fatos. Tenho mais. Porém destas três indagações aqui exijo resposta pronta e imediata.

Sr. Presidente, se nesta tribuna fosse trazer mais fatos, somente sobre este caso mal-cheiroso, nós teríamos seguramente de abusar da generosidade da Mesa, de abusar da própria atenção dos parlamentares que aqui se encontram. Mas, quero aqui, nesta parte dos finalmente, dizer ao Sr. Ministro que S. Ex^o procurasse ter o que tenho aqui nas minhas mãos e se S. Ex^o tiver dificuldades para ter estes documentos que mande um seu assessor e apenas pague o xerox, que o informarei detalhadamente, porque posso documentos. Isto aqui não representa 10% desse mal-cheiroso escândalo.

Por exemplo, este chegou às minhas mãos, ontem, da capital do meu Estado. Eu pediria a S. Ex^o, o Sr. Ministro que, hoje em Porto Alegre, procurasse ter acesso a um documento que não consta dentro do processo que atualmente corre no Fórum público em Porto Alegre. É o parecer daquele que é considerado no Rio Grande do Sul, e V. Ex^o que é Deputado pelo Rio Grande do Sul pode testemunhar sobre o conceito que faço desse grupo de auditores — ser ou não da maior seriedade — o Grupo Diehl Bledermann Bordosch S/C, são auditores independentes. É um trabalho de oito laudas com uma síntese de auditoria feita dentro do Grupo CENTRALSUL. Este documento está à disposição do Sr. Ministro, não só este mas muitos outros! Porque conceito de leviano, Sr. Presidente, não aceito, não aceito, e devolvo na mesma intensidade com que foi proferido por um mal-educado e despreparado Ministro de Estado. Peço, final-

mente, Sr. Presidente, que V. Ex^o transcreva esses diálogos ocorridos da sala VIP do Aeroporto de Porto Alegre, no último final de semana, quando o Sr. Ministro da Agricultura desceu ao nível de desrespeitar não um profissional de imprensa, mas desrespeitar a própria dignidade da imprensa brasileira. E por isso mesmo será processado, não apenas pelo jornalista, mas pela empresa a que ele presta, com competência inominável, a sua qualificada pena como profissional decente, digno, correto, íntegro que é.

Peço que V. Ex^o considere transcrito, neste final de pronunciamento, o diálogo entre o repórter Francisco de Oliveira e o Sr. Ministro, para que a República, através dos seus Anais, veja em que tempo isso ocorreu neste País. Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HÉLIO DUQUE EM SEU DISCURSO:

**"JOST INSULTA REPÓRTER
E SERÁ PROCESSADO**

Não conseguindo responder se realmente estaria procurando esvaziar a apuração das denúncias contra o BNCC, para impedir um desdobramento maior do escândalo, o Ministro da Agricultura, Nestor Jost, bastante alterado emocionalmente — todo vermelho e tremendo —, agrediu verbalmente o Repórter Francisco Oliveira, de *O Estado e Jornal da Tarde*, chamando-o de "mau profissional", "palhaço", "vagabundo", "moleque", "bobalhão", e "idiota".

O Ministro chegou ontem a Porto Alegre às 13 horas, em clima de festa, sendo recebido por mais de 50 pessoas que, quando Jost entrou na sala VIP, ovacionaram-no. É a primeira vez que viaja a Porto Alegre como Ministro, justamente de uma Pasta muito ligada à economia do Estado, essencialmente agrícola e pecuária.

Depois dos cumprimentos, Jost concordou em dar uma entrevista à imprensa. Uma das primeiras perguntas, do Repórter de *O Estado e JT* relacionava-se com boatos surgidos em Brasília, de que ele estaria demissionário ou para ser exonerado. Bem-humorado, o Ministro respondeu: "Por falta de recursos ainda não pedi demissão. Mas se fui exonerado não sei".

Sucederam-se outras perguntas e, depois, o Repórter questionou Jost sobre as informações de que ele estaria procurando esvaziar as denúncias de corrupção no BNCC para impedir um desdobramento maior do escândalo. Seguiu-se, então, o seguinte diálogo, com o Ministro totalmente transtornado e descontrolado:

Jost — Todas as denúncias levantadas estão sendo apuradas. Mas há um repórter de *O Estado de S. Paulo* aqui em Porto Alegre que reiteradamente tem levantado injúrias contra o Ministro da Agricultura, desde que eu assumi o cargo. Como ele não tem nenhuma possibilidade de provar nada do que tem afirmado, eu quero desmenti-lo aqui em público, perante todos os seus colegas. É um mau profissional de imprensa, está levantando injúrias contra pessoas que têm responsabilidade e que podiam até processá-lo. Não vão fazê-lo porque não lhe dão importância...

Repórter — Por que o Sr. não o processa?

Jost — Porque não desejo me nivelar consigo.

Repórter — As provas existem e tudo o que foi publicado baseia-se em provas.

Jost — Então apresente as provas.

Repórter — O Sr. que entre na Justiça primeiro.

Jost — Palhaço!

Repórter — O Sr. não tem direito de falar isso; está-me injuriando e não pode fazer isso.

Jost — Injuriando não, o Sr. é que está-me injuriando todos os dias na imprensa.

Repórter — O Sr. não tem direito de fazer isso.

Jost (cada vez mais alterado) — O Sr. não tem capacidade moral para escrever essas injúrias em editoriais e artigos que vem escrevendo todos os dias.

Repórter — O Sr. vai responder por isso.

Jost — Eu responderei sempre.

Repórter — Pois então vai responder por isso. O Sr. não pode tomar uma atitude desta.

Jost (fora de controle, todo tremulo) — Vagabundo!

Outro repórter (procurando desviar o assunto) — Com relação às decisões do Conselho Monetário Nacional às alterações no crédito rural, que reflexos isso terá para a agricultura?

Jost — Eu estou disposto a responder todas as questões que forem formuladas de maneira normal, que se fazem entre homens de bem. Infelizmente tenho sido crucificado por boatos e infâmias por parte de um jornalista que está aqui presente e eu peço desculpas aos Senhores por ter perdido a paciência, porque todo o Rio Grande do Sul me conhece. O Brasil inteiro me conhece. Sou um homem de vida simples e modesto, de vida clara e aberta em todos os horizontes e fica um moleque veiculando denúncias contra um Ministro de Estado...

Repórter (de *O Estado e JT*) — Este seu comportamento não está à altura de um Ministro de Estado.

O clima estava muito tenso, com ameaças de todo tipo contra o repórter de *O Estado e JT*, da parte de assessores do Ministro (entre eles o Chefe de Gabinete e ex-Advogado da CENTRALSUL, Moziul Saudades). Seus agentes de segurança fizeram diversas tentativas para retirar o repórter, mas foram informados que primeiramente teriam de se identificar e, a seguir, somente sairia preso. Um sargento, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, não identificado, disse que apanharia a credencial no carro, mas foi lá apanhar um revólver, segundo testemunhas que o vajaram.

Outros repórteres ainda fizeram perguntas sobre a extinção do CODECON, importação de seijão e outras questões da área agrícola. Enquanto isso, organizava-se o esquema de retirada do repórter, com Moziul Saudades à frente, extremamente grosseiro. Foi empurrado com brutalidade para a saída da sala VIP e jogado contra a porta, tendo de ouvir todo tipo de agressões verbais da parte de assessores e seguranças do Ministro. Mas antes de sair o repórter disse a Jost:

— O Sr. não conseguiu responder à altura as denúncias que foram feitas sobre o envolvimento de pessoas da antiga administração da CENTRALSUL com a sua empresa. E este advogado, que foi advogado da CENTRALSUL e é seu assessor, está agora querendo fazer o papel de polícia, retirando-me daqui...

Jost — Se vocês ficarem com esse moleque eu não falo mais para a imprensa, infelizmente...

Repórter — Pode ficar certo, o Sr. vai responder por isso.

Jost — Seu moleque!

Repórter — Esta sua má educação não está à altura de um Ministro de Estado!

(Grande confusão, o repórter é empurrado.)

Jost — Cale-se, moleque! Bobalhão, idiota!

Jornalistas presentes à entrevista ainda interferiram para que o repórter de *O Estado e Jornal da Tarde* não fosse expulso da sala, mas foi inútil, diante da reação violenta de Jost e de seus assessores.

O repórter Francisco Oliveira já encaminhou aos seus advogados as informações necessárias para ajuizamento de um processo para reparação de danos morais.

N. da R. — Será desnecessário dizer qualquer coisa a propósito desse incidente. Nele espelha-se, por inteiro, um Ministro da República Federativa do Brasil, detentor de uma parcela de autoridade. Este é o Brasil de 1984, 20 anos depois de 1964."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Ex^o será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, como Líder do PDS.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Inaceitável essa doutrina que a Oposição quer impor à bancada governista, às autoridades constituídas, ao centro ativo do poder.

Ouvi, pacientemente, todas as acusações, por mais injustas que elas sejam, os apodos mais crueis, com paciência inusitada para o ser humano, sem nada responder. Ouvi até as acusações realmente levianas que, muitas vezes, que constante e freqüentemente, são irrogadas pela imprensa e da tribuna das duas Casas do Congresso Nacional, e nada dizer.

Exigir-se de um Ministro de Estado ou de qualquer autoridade deste País, um Governador, um Senador da República, que S. Ex^a seja como uma estátua inerme, é exigir o impossível. Todo homem é um feixe de nervos e reage de acordo com o seu temperamento. A condenação alardeada que se faz, com uma solidariedade amplamente manifesta pela imprensa, com relação a episódio ocorrido em Porto Alegre, deve ser reduzida a sua verdadeira expressão, a sua insignificância de um fato comum e rotineiro na vida de qualquer cidadão. E, ao lado de tudo, devemos assinalar que, longe de desmerecer o Sr. Ministro Nestor Jost, da Pasta da Agricultura, o eleva, porque infeliz do homem que não tem condições personalíssimas de reagir à agressão. Eu jamais gostaria de ver no Governo, à frente de uma pasta ministerial, em qualquer cargo de relevo, como jamais gostaria de ver um colega meu nesta Casa ser um desclassificado, um desfibrado moral, que não reage às ofensas injustamente assacadas à sua pessoa.

O Ministro Nestor Jost entrou, por assim dizer, ontem no Ministério. Já searma um pelourinho, levando-se o nome honrado de S. Ex^a à execração pública. Esse jornalista, a quem não conheço, contra quem nada tenho, e que não quero sequer discutir os méritos, porque não posso saber se ele os tem ou não, porque não o conheço senão de nome, esse jornalista vinha escrevendo, reiteradamente, contra o Ministro Nestor Jost. Inclusive dizendo que ele tudo estava fazendo para acobertar irregularidades ocorridas na área de seu Ministério e que estão sendo objeto de investigações sérias, tanto através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, como ainda na área do próprio judiciário e, também, na esfera administrativa.

Então, a cada momento, sem ter a paciência, a tranquilidade de esperar a comprovação de todas aquelas irregularidades e apontar à justiça os responsáveis por ela, a cada momento, eu répito, se vem de logo também incluir nas incrépitudes terríveis o nome sério e limpo da agricultura.

O Sr. João Gilberto (PMDB RS) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOACIL PEREIRA — Não posso dar aparte porque é comunicação. Consulto o Sr. Presidente se é possível conceder apartes.

O Sr. João Gilberto Regimentalmente, V. Ex^a pode.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — V. Ex^a está falando pela Liderança, é possível.

O SR. JOACIL PEREIRA — Oportunamente darei a V. Ex^a o aparte.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, leva-se, como disse ainda há pouco o Ministro, a uma situação de vexame. E esse mesmo jornalista que escreveu as injúrias e as difamações contra esse homem de bem, a viva voz, o interpelou de uma maneira inconveniente e inadequada, ofensiva a sua reputação de homem público e a sua dignidade, a sua honorabilidade de cidadão. Se o ministro explodiu numa reação, o fez naquilo que em Direito nós chamamos a retorsão. E ninguém pode censurar alguém que extravasa a sua reação legítima de homem ofendido.

Eu aprendi, inclusive, com um dos grandes mestres do Direito Penal, de saudosa memória, Nelson Hungria, a lição que agora vou aqui repetir. Dizia S. Ex^a, o grande mestre, que o sertanejo que dormia dentro dele lhe dizia e lhe recomendava que não devia levar desafetos para casa. Ora, se um jornalista interpela um ministro cara a cara e, de público, dizendo o que tem V. Ex^a a declarar com relação a essa imputação de que está acobertando, está dificultando a apuração de fatos — considerados criminosos e irregulares e insiste, reitera a pergunta, isso é uma ofensa, sem dúvida alguma, ao bom nome deste Ministro. Ele usou de um direito de retorsão, ele reagiu com toda a força do seu temperamento, como o fez, julgando-se ofendido, o nobre Deputado Hélio Duque. O jornal publica que o Ministro considerou levianas as acusações por ele formuladas. Bastou isso, bastou este objetivo de leviano; para que ele fosse muito mais além, extravasasse e chegassem a dizer que o Ministro era um mal — educado, e mais do que isso, que o Ministro é um homem que desonra esta República. Nós vemos então o seguinte, que até nas figuras mais expressivas do maior Partido de Oposição, nas figuras mais inteligentes se está cometendo este mau vezo de não conter a linguagem, de extravasar. Mas se exige de nós governistas que tenhamos paciência de Jó, que nós não sejamos homens deste mundo mas seres do hagiólogio. Ora, isso é impossível, a lei contempla a todos nós com os mesmos direitos e obrigações, e pelo fato de uma pessoa chegar a um Ministério não vai abdicar das suas condições de homem, de ser humano e dos seus direitos, porque eu considero a retorsão um direito sagrado. A retorsão é um direito tão sagrado como o direito à liberdade. Ai daquele que não souber se defender legitimamente de uma injúria, de uma difamação, de uma ofensa à sua honra, viver sem honra, talvez seja melhor morrer. Acredito que é melhor morrer do que viver desonrado. E o Ministro, ao meu ver, cresce pelo seu ímpeto santo de defender a sua pessoa, o seu direito à honra, que é um direito subjetivo e sagrado do cidadão humano. Logo depois, S. Ex^a deu as suas explicações à Imprensa, e hoje elas estão publicadas em todos os jornais, toda a Nação sabe. Disse S. Ex^a que o excesso de trabalho o confundiu e pediu desculpas, inclusive, aos jornalistas. Não àquele que o ofendera, a esse não tinha que pedir desculpas, mas aos demais ele pediu desculpas pelo incidente. E declarou por que fizera isso! o excesso de trabalho e a repetição da injustiça contra ele cometida.

Quando, por outro lado, agora com relação ao nobre Líder do PMDB, meu brilhante colega e eminente amigo, Deputado Hélio Duque, quando se faz uma acusação, tem-se a obrigação de provar. E o fato do Ministro o ter considerado leviano ou autor de acusações levianas, deve-se conter e se interpretar dentro desse sentido jurídico de que toda acusação não provada, não suficientemente provada, é leviana. Então, na realidade, no primeiro pronunciamento feito por S. Ex^a, ele foi leviano, leviano no sentido jurídico, sem ofensa à sua pessoa, sem ofensa à sua dignidade, que eu até admiro, mas, se se vem à tribuna de um Congresso ou de uma das suas Casas fazer uma acusação sem provas, isso juridicamente significa, sem dúvida alguma, uma levianidade.

O Sr. Hélio Duque — As provas estão aqui, nobre Deputado. Exibi já por duas vezes...

O SR. JOACIL PEREIRA — Posteriormente, aparece o nobre Deputado Hélio Duque, com a sua costumeira facundia, eloquência, mas também teatralidade, e exibe documentos, sem lê-los convenientemente, pedindo a uma incorporação nos Anais, papeluchos que ele considera documentos. Então, S. Ex^a já começa a se corrigir da sua inicial levianidade. E agora começam a aparecer documentos, ou possíveis documentos, ou apontados documentos.

O Sr. Hélio Duque — Há três anos já os posso, nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA — Vamos levar ao conhecimento do Ministro esses documentos para exame e nem por isso ele pode ser de pronto condenado, previamente condenado. Que país é este? Que democracia querem esses senhores? Antes de apurar responsabilidades de quaisquer denúncias, por mais séria que sejam, querem de logo a condenação. Um acusado não é um condenado, um acusado é um homem que está indicado para investigações. E o Ministro não está indicado. Se setores do Ministério da Agricultura o estão, ele é suficientemente digno, honrado, honesto, capaz e enérgico para promover a apuração.

De sorte, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que estas são as considerações que eu tinha a fazer na qualidade de Líder nesta manhã. Fique certo o Sr. Líder da Oposição, o nobre Deputado Hélio Duque, que a sua teatralidade pode convencer os incautos, mas ao homem sereno o que convence é a prova provada, inofensável, irrefutável, a prova pesada e medida, contada dentro de um processo formal e regular. Não a teatralidade da mera exibição, por mais eloquente que seja o Deputado Hélio Duque. Isso vai ser examinado, isso vai ser investigado. Bem sabe V. Ex^a que poderia também laborar em equívoco terrível, recebendo de certas fontes, que não sei quais são, certos documentos como bons. Isso tem muito ocorrido através da história e, no entanto, no fim, são papéis sujos. Aguardamos a apuração dos fatos.

Devo, também, dar uma resposta à nobre Deputada Irma Passoni. S. Ex^a luta, e isto é legítimo, pelas eleições diretas, mas ninguém, aqui nesta Casa, conseguiu explicar como se está custeando essa luta exterior, nos comícios populares, nas passeatas cívicas em que são fretados veículos para 40, 50 pessoas cada um deles, trens e metrôs postos de graça para a condução desse povo. De onde vem este dinheiro para custear, inclusive, os artistas mais caros da Nação? De onde vem o numerário? É interno ou é externo? É de fontes estranhas, forâneas, ou é dos cofres dos Estados governados pelos que promovem essas manifestações? Hoje mesmo, um Deputado da oposição começou a puxar o fio da meada e, por isso, eu já posso formular estas indagações. Se me derem dinheiro, eu serei suficientemente hábil e tenho poder de organização, com uma equipe boa, para reunir uma massa considerável. Quanto maior for a soma, maior será a massa. Quem está pagando as faixas? Quem está pagando os cantores? Quem está pagando os sistemas de som e a feérica iluminação que se anuncia, por exemplo, agora na cidade do Rio de Janeiro que não vai ter sequer em canto algum um cone de sombra?

As eleições diretas devem ser discutidas, é legítimo desejá-las, nós do partido Social Democrata desejá-las também, mas ao seu tempo. O projeto político que vem sendo executado, em continuação, pelo Presidente João Baptista Figueiredo, é um projeto por etapas. Foi concebido para ser lento e gradual, desde a chamada distenção do Presidente Ernesto Geisel, e continuado na atual gestão do Presidente João Baptista Figueiredo. A última fase desse processo será a eleição direta e o Presidente da República já anunciou ao País que tomara a iniciativa de propor uma Emenda à Constituição, dando eleições diretas em todos os níveis. A Oposição vai ser convocada para apoiar isto. Aí nós vamos desafivelar a máscara do rosto de muita gente, que terá de mostrar a sua face real. É público e notório, está registrado nos anais, que quando o Presidente João Baptista Figueiredo enviou ao Congresso Nacional uma mensagem restaurando as eleições diretas para Governadores, um número mais ou menos numeroso de Congressistas apresentou um substitutivo, alargando a eleição, ampliando-a, para que ela fosse direta para Presidente da República. E as eminentes figuras da Oposição, os Líderes mais expressivos diziam: para que aprovar esse substitutivo? Não, va-

mos aprovar a Emenda Constitucional, porque nós vamos ganhar as eleições diretas.

Anunciavam vitória em Pernambuco, vitória que não veio, anunciam vitória no meu Estado, que também não ocorreu; anunciam vitória no Rio Grande do Sul, onde sofreram derrotas terríveis, anunciam vitórias no Ceará, em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte.

O Sr. Armando Pinheiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOACIL PEREIRA — Aí está a coerência, entre aspas, da nobre Oposição. Quando se foi votar, aqui, as eleições diretas para prefeito, a Oposição fez o jogo do corpo mole, ausentou-se do recinto e não deu número. Pois bem, o Presidente João Baptista Figueiredo, que está fazendo e vai concluir a sua obra, que vai fazer deste País uma verdadeira democracia, ele quer eleições diretas, como o nosso Partido também as quer, mas na devida oportunidade, para todos os níveis e não uma eleição casuística de uma campanha que deixa a suspeitar, porque uma campanha predicated como se a eleição direta fosse uma panacéia, um remédio para todos os males. Estas palavras são dirigidas como resposta, notadamente, à Deputada Irma Passoni.

Sr. Presidente, se V. Ex^a e o Regimento Comum me permitirem, dou o aparte ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) (Faz soar a campainha.) — V. Ex^a tem dois minutos para concluir.

O SR. JOACIL PEREIRA — Darei o aparte, pedindo que seja breve, nobre Deputado João Gilberto.

O Sr. João Gilberto — O meu aparte, na oportunidade, era para discordar de V. Ex^a, que depois mudou o rumo do discurso para outro assunto, sobre aquele aspecto de que o homem público deva reagir com ira a qualquer provocação ...

O SR. JOACIL PEREIRA — Com ira não, não disse isso, disse a santa reação, é a retroação. O homem público, por ser homem público, não deixa de ser homem.

O Sr. João Gilberto — Imagine um Chefe de Estado passando diante de uma manifestação pública, alguém lhe gritar um palavrão e ele sair também no palavrão, ou no braço.

O SR. JOACIL PEREIRA — Isto é diferente, eu não preguei isto. A minha opinião não foi esta.

O Sr. João Gilberto — Isto não faz parte da atividade de um homem público! É querer se estabelecer a lei da selva na vida pública; é querer que, em vez da discussão neste Plenário, os homens tirem revólveres! Não podemos concordar com isso. É aquela reação ...

O SR. JOACIL PEREIRA — V. Ex^a é unilateral e prega o insulto unilateralmente.

O Sr. João Gilberto — Não. Prego que o homem público deva ter dignidade de saber responder com a sua atitude, e não com o desforço pessoal e físico, ou com palavrões às provocações...

O SR. JOACIL PEREIRA — O homem nunca deixa de ser homem porque é público. V. Ex^a não pode aceitar essa doutrina que é de um Estado de homens viris, o Rio Grande do Sul.

O Sr. João Gilberto — Assim nós levaríamos a vida pública a um mar de lama, aí sim, estaríamos...

O SR. JOACIL PEREIRA — Quem está levando a vida pública a um mar de lama é a Oposição frenética, desvairada e inconseqüente.

O Sr. João Gilberto — Desvairado é V. Ex^a da tribuna, neste momento, aliás tipicamente desvairado, extraordinariamente desvairado.

O SR. JOACIL PEREIRA — Na opinião de V. Ex^a, que confunde veemência na resposta com desvairio.

O Sr. João Gilberto — É V. Ex^a, que atribui a veemência cívica da campanha pelas diretas da Oposição como desvairismo. É de V. Ex^a o equívoco.

O SR. JOACIL PEREIRA — Veja V. Ex^a que eu fiz uma generalização com as Oposições, na campanha da Oposição e V. Ex^a veio ofender o seu mais humilde colega.

Dou o aparte ao nobre Deputado Armando Pinheiro.

O Sr. Armando Pinheiro — Dentre as indagações de V. Ex^a, também colocaria mais uma para a Oposição, que até hoje ela não explicou por que razão não compareceu, em número suficiente, para votar a Emenda Benevides e a Emenda de nossa autoria, dia 30 de novembro? Por que razão a Oposição não compareceu?

O Sr. João Gilberto — Foram os Senadores do PDS que não estavam presentes. A verificação foi só no Senado.

O Sr. Armando Pinheiro — V. Ex^a me assegura o aparte, Sr. Presidente?

O Sr. João Gilberto — V. Ex^a está trazendo uma mentira; havia apenas dois Senadores do PDS em Plenário.

O SR. JOACIL PEREIRA — Não pode haver aparte ao aparteante. O aparte tem que ser dirigido ao orador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) (Fazendo soar a campainha.) — Não são permitidos discursos paralelos.

O Sr. João Gilberto — A Oposição, por acaso, tem Maioria no Senado?

O Sr. Armando Pinheiro — Por que razão a Oposição não compareceu, na quarta-feira da semana passada, para discussão e votação de duas emendas constitucionais, lideradas pela emenda do Deputado Maurício Fruet, que também restabelecia as eleições diretas?

O Sr. João Gilberto — Foi um acordo da Liderança, V. Ex^a foi testemunha de juntar à sua emenda.

O Sr. Armando Pinheiro — Não, o acordo da Liderança foi feito em função também da falta de quorum, para juntar esse processo a outro, negou-se por um artifício de...

O Sr. João Gilberto — Aí o PDS não teria feito o acordo.

O Sr. Armando Pinheiro — Mas se a Oposição não responder eu respondo. É porque a luta da Oposição não é por princípios, é pelo poder.

O SR. JOACIL PEREIRA — Muito Bem!

O Sr. Armando Pinheiro — Perderam o acesso ao poder nas eleições de 1982, e não se conformam, quando o PDS elegeu a maioria dos governadores deste País, a maioria dos Senadores, dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, dos Prefeitos, dos Vereadores, fez a maioria dos votos para esta Câmara, tanto é que temos a Bancada majoritária. Neste instante o povo outorgou constitucionalmente ao PDS a maioria parlamentar neste País e a maioria do Colégio eleitoral e a Oposição perdeu o acesso de eleger o Presidente da República. Por isso agora se volta pelas eleições diretas para Presidente da República, que não estariam no campo se tivessem feito a maioria do Colégio eleitoral, seguramente.

O SR. JOACIL PEREIRA — V. Ex^a tem razão.

O Sr. Armando Pinheiro — Agora, por que não querem a eleição para Prefeitos? Porque já nomearam, biônicamente, todos os Prefeitos...

O SR. JOACIL PEREIRA — E aceitam os Senadores Biônicos no seu seio.

O Sr. Armando Pinheiro — ...e não querem pôr em risco esses homens.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) (Faz soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a está esgotado, Deputado Joacil Pereira.

O Sr. Armando Pinheiro — Para concluir, Sr. Presidente, a Oposição não quer submetê-los ao sufrágio popular, porque tem medo da derrota, e com a derrota tem medo da sua desmoralização.

O SR. JOACIL PEREIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado pelo Estado de São Paulo, meu querido e eminentíssimo colega Armando Pinheiro.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que nessas colocações feitas pelo brilhante parlamentar paulista, está a verdade sem disfarce, se mostra a incoerência da Oposição, a sua insinceridade. Nós vamos, porém, coerentemente, dentro das etapas previstas no projeto...

O Sr. João Gilberto — Insinceridade é dizer que não teve quorum na Oposição quando faltaram Senadores do PDS, na emenda Mauro Benevides.

O SR. JOACIL PEREIRA — ...de abertura do Presidente João Baptista de Figueiredo de fazer uma democracia sem ódio, uma democracia sem esses radicalismos, uma democracia que não carregue como carrega a Oposição na sua cauda, uma cauda de fogo para incendiar o País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação da Mensagem Presidencial nº 140, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.069, de 1983.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Apreciação da Mensagem Presidencial nº 139, de 1983-CN (nº 411/83, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências, — dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, para proferir o parecer.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Para proferir o parecer) — O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal, o texto do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências.

Acompanha a Mensagem do Chefe do Governo Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que destaca:

“Cuida o projeto, no art. 1º, da possibilidade de parcelamento, à opção do contribuinte, em três quotas mensais, segundo escala que, no interesse da

comunidade de proprietários de veículos, e de acordo com as disponibilidades de atendimento da rede arrecadadora, será estabelecida anualmente.

O pagamento da taxa, segundo o proposto art. 2º, precederá o registro inicial ou a renovação anual da licença para circular e, segundo o art. 3º, sua arrecadação far-se-á no momento do desembarque aduaneiro, quando tratar-se de veículo de procedência estrangeira.

Tem a finalidade de evitar abusos, que se vêm observando, a regra segundo a qual a transmissão de propriedade de qualquer veículo estrangeiro, ainda que efetuada por pessoa isenta ou imune, deve ser contemporânea ao pagamento da taxa. Naturalmente, segundo as normas vigentes, não revogadas pelo decreto-lei, a cobrança de tal taxa não será cabível apenas no caso de o adquirente ser ele também pessoa isenta ou imune.

O mesmo tratamento será aplicado no caso de oferta pública ou exposição à venda de veículo alienígena, sob a pena de ser aplicado o parágrafo único do art. 23 do Decreto-lei nº 1.455, ou seja, acarretar o perdimento do bem em situação irregular, que haja sido importado ou transferido sem observância da lei tributária nacional.

Ainda segundo a orientação de utilizar o instrumental tributário em consonância com a política geral de desincentivo às importações não essenciais, prevê o art. 4º que o limite previsto na legislação em vigor para o valor da TRU, não se aplica aos veículos de passeio, esporte ou corrida, de procedência estrangeira.

Por outro lado, Senhor Presidente, constituindo a diminuição do consumo de combustíveis derivados do petróleo um dos objetivos da política energética do Governo, faz-se mister incentivar a utilização de fontes substitutivas de energia, entre elas a eletricidade.

Outrossim, propõe-se a criação de mais um instrumento de desoneração tributária do transporte urbano de passageiros. Tal desoneração, que acarretará diminuição do custo operacional das empresas concessionárias do respectivo serviço e possibilitará a redução, em termos reais, das tarifas cobradas dos usuários, deve abranger, também, os serviços de transporte rodoviário intermunicipal executados entre municípios integrantes de uma única área metropolitana, dadas suas características de transporte urbano ou suburbano.

Portanto, estimular a indústria de veículos movidos a eletricidade e desonrar o transporte urbano constituem o objetivo do art. 5º, do anexo projeto, que institui duas novas hipóteses de isenção da taxa rodoviária, a primeira abrangendo os proprietários de veículos movidos por energia elétrica e a segunda, os de ônibus exclusivamente utilizados em linhas

de transporte urbano, ainda que compreenda municípios integrantes de uma única área metropolitana.

O art. 6º esclarece a competência em matéria de processo administrativo relativo à Taxa Rodoviária Única."

Ao instituir nova sistemática para o recolhimento da Taxa Rodoviária Única, o decreto-lei atribui ao Ministro da Fazenda o estabelecimento da escala de vencimentos da taxa e de cada uma das três parcelas.

Já neste ano de 1984, o contribuinte pagará a Taxa Rodoviária Única integralmente no primeiro semestre, ficando com a opção de recolhê-la de uma só vez ou mediante três parcelas mensais.

Disciplina também o decreto-lei o pagamento da TRU dos veículos de procedência estrangeira, coibindo abusos verificados pelos órgãos fiscalizadores.

Isenta da taxa os veículos movidos por motor elétrico, estimulando sua utilização, ao alterar a redação do artigo 3º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969, modificado pelo Decreto-lei nº 1.835, de 23 de dezembro de 1980.

Em seu artigo 6º, o decreto-lei dá competência às instâncias próprias do Ministério da Fazenda para apreciar processos administrativos de determinação, exigência e restituição da Taxa Rodoviária Única e seus acessórios.

Justificou-se a expedição da norma pela via do decreto-lei, por ser matéria de relevante interesse público, que precisava de urgente regulamentação, a fim de entrar em vigor já no início do corrente ano.

Ante as razões apresentadas, manifestamo-nos pela aprovação do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1984

Aprova o texto do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, que “altera a legislação da Taxa Rodoviária Única e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 2.068, de 9 de novembro de 1983, que “altera a legislação da Taxa Rodoviária Única e dá outras providências”.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — O parecer conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo que aprova o texto do decreto-lei.

Completada a instrução da matéria passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1984-CN, que aprova o texto

do Decreto-lei nº 2.068, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam sentados. (Pausa.)

A Sr. Irma Passoni (PT — SP) — Sr. Presidente, abstenho-me.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Fica aprovado com a abstenção do PT.

O Sr. Jorge Uequed — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed, para uma questão de ordem.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS) — Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Pediria a V. Exª que, como não existe número em plenário, não submetesse a votação no Senado para que não venhamos a passar pelo ridículo de aprovar a matéria não tendo ninguém presente, do Senado da República. Pediria a V. Exª que levantasse a sessão por falta de número de Srs. Senadores, impossibilitando a aprovação do Decreto-lei. (Muito bem!)

O Sr. Joacil Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira, pela ordem.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB) — Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A matéria já foi aprovada e o resultado foi proclamado por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, deixando de ser submetida ao Senado em virtude da falta de “quorum” para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Miranda) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)

Ata da 47ª Sessão Conjunta em 10 de abril de 1984

da 47ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária,

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente —

Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Guerros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy

Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Mauro Borges — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frotá — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB;

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muñiz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Vieiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquiçônio Soares — PMDB; Etelviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amáral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denis Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Maceado — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina —

PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Morais — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Supley — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendas Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberio Rolemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jo-

nas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB;

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paião — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB;

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 454 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Está-se realizando no Rio de Janeiro, neste instante, uma das maiores concentrações cívicas deste País.

Anunciam, já, os meios de comunicação, que o número de presentes àquela concentração ultrapassa a um milhão de pessoas. É o movimento pelas diretas, é o País se reunindo, é o povo na praça pública.

Eu me lembrava neste instante, do nosso poeta que dizia que "a praça é do povo como o céu é do condor". O povo está na praça. Castro Alves tinha razão. O povo está aí, pedindo que se mude alguma coisa neste País. Que mude o quê? Mude a condição para ele poder falar; quer votar, porque não é mais ouvido; o povo não está sendo ouvido; o povo não está sendo consultado; o povo não se manifesta há vinte e tantos anos. As coisas estão erradas, as coisas estão pesando nos ombros do povo; são os estudantes desesperados, sem emprego, sem nenhum horizonte, são os donos das indústrias, também, sem perspectivas; são os operários desempregados; são as donas-de-casa não sabendo como fazer a sua compra no fim de semana; enfim, são os pais, chefes de família, também, sem condições para atender a seus filhos e aos seus familiares.

Realmente, é uma situação difícil de ser entendida. O que poderá mudar? Somente a votação, agora, no dia 25, para que tenhamos eleições diretas; para que o povo, pelo menos, tenha este direito — o direito de escolher bem ou mal, mas que escolha. Se na época se discutia a libertação dos escravos, e muitos objetavam que os escravos iriam passar fome, iriam errar, no entanto aí está... foi um ato livre, humano e decente, e a escravatura foi abolida. Hoje, estamos nos tornando escravos brancos; hoje não temos mais condições nem de falarmos. Acabou o direito. Quando se fala em discutir as eleições diretas, aqui, na Casa do povo, já o Governo ameaça decretar estado de emergência, colocar a polícia na rua, cercar a entrada de Brasília. Mas isso é democracia. Esses não são atos de homens decentes, de homens civilizados. Afinal de contas, o que queremos é, realmente, discutir os fatos, discutir os nossos interesses. O povo quer se manifestar. E, portanto, não há como, a não ser que esta Casa se levante; e eu dizia, há pouco, que, pelas pesquisas que se fazem, hoje, por todo o País, o Congresso Nacional está com 60% abaixo de zero; é como se fosse num país, aí da Patagônia, com o frio a 60 graus abaixo de zero; assim está a credibilidade desta Casa. Ninguém acredita mais nos parlamentares; ninguém acredita mais nos seus representantes, porque se entende que uma meia dúzia vai cercear o direito de 120 ou 130 milhões de brasileiros.

O comício de hoje, no Rio de Janeiro, vem demonstrar à saciedade, vem demonstrar que o povo não agüenta mais, que o povo quer, realmente, participar.

E agora há pouco dizia o Deputado Joacil Pereira que estamos fazendo agressões, que estamos ofendendo, que estamos usando chavões e que queremos a baderna. Nós não queremos a baderna, queremos justamente a democracia; queremos participar; queremos eleger o nosso Presidente, e não pela imposição, e não pelos candidatos que aí estão, que não significam a vontade do povo. O povo não quer essa gente. Chega! São vinte anos, não vamos agüentar mais seis anos; vai estourar a corda, pois não é mais possível tolerar essa situação.

Era o quê tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joacil Pereira.

O SR. JOACIL PEREIRA (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Chego até a pensar que meu discernimento está reduzido a zero, que o meu QI é quase nenhum, porque até hoje não consegui entender essa verdade tão cediça, que

os nobres colegas de Oposição proclamam, como fez agora o nobre Deputado Marcondes Pereira, de que, com a adoção porventura da eleição direta, num passe de mágica, vamos ter emprego, controle da inflação, a inflação vai cair, o custo de vida vai ser reduzido e tudo vai ficar barato. Realmente, eu não consigo entender isso. Porque vejo o chamado colosso soviético, que nem eleição tem, onde 12 elementos de um colegiado escolhem por 360 milhões, e tem um poder econômico notável, segundo se propala.

Vejo também os países do mundo que têm eleições indiretas, a maioria das nações democráticas, prosperando. Então, não faço, absolutamente, nenhuma ligação. Não vejo nexo algum entre um e outro processo de eleição. O que vejo, e todos os homens sensatos deste País vêem, é um capricho agitacionista querendo impor uma decisão para mudar as regras do jogo na próxima eleição, numa sede ao pote nunca vista. Pois, na verdade, a hora de mudar a eleição direta passou, e agora vai-se chegar à outra oportunidade; passou, para a Oposição, quando não quis aprovar um substitutivo apresentado por um bom número de Deputados na Legislatura passada, que ampliava, que modificava a emenda de iniciativa do Presidente João Figueiredo, restaurando as eleições diretas para governadores, e que ampliava para presidente. E o que dizia, em toda parte, aqui, as mais eminentes figuras da Oposição, é que não interessava aquilo. Vamos cozinar esse substitutivo e aprovar o do Governo, porque "nós — diziam os oposicionistas — vamos ganhar o colégio eleitoral". Quem era da Legislatura passada sabe disso.

Isso é público e notório, e está nos Anais. O substitutivo foi derrotado.

O Sr. José Carlos Vasconcelos — É engano do Deputado.

O SR. JOACIL PEREIRA — E não se falou mais em eleição direta, até que agora rebentou esse movimento, feito com grande manobra de massas, a custa dos erários estaduais. Ou então, o dinheiro vem de outra parte — e ainda é pior — ou é recurso forâneo, que vem do exterior, ou então, é recurso do erário público.

Quem custeou o transporte do metrô, de ônibus, em lotações de toda a natureza? É a pergunta que faço aqui, Sr. Presidente. E isso é que deve ser explicado à Nação. Quem paga os artistas mais caros, para o que se chama hoje, num neologismo híbrido de brasileiro com inglês, show misto, quem é que paga isso? Essa massa de manobra das cidades, nem sempre tem a razão, e não representa o pensamento da maioria do povo brasileiro, porque a população de uma nação não está apenas nas capitais.

Eu me lembro de 1945, a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, quando se dizia que ele iria ganhar em todos os cantos, e ele ganhou só nas capitais, e o General Dutra venceu facilmente no resto do País. E agora, vem aqui o nobre Deputado Marcondes Pereira dizer que esse é o pensamento do eleitorado brasileiro, não apenas mais de 90%, como eles alardeiam, mas de 120 milhões de habitantes. Até as crianças, na opinião deles, querem adotar a eleição direta. Isso não é compatível absolutamente com a boa razão, o raciocínio mais primário não aceita. O que vamos fazer é eleição direta em todos os níveis, apoiando e aprovando a emenda constitucional que o Presidente João Baptista Figueiredo, na devida oportunidade, vai mandar para este Congresso. Eleições diretas também nas capitais. E a Oposição foge disso como o diabo foge da cruz.

Vamos ver, vamos derrotar a Emenda Dante de Oliveira, específica só para Presidente da República e cauística. Vamos aprovar a outra. Ninguém apóia uma emenda no Congresso Nacional sem o diálogo, sem a composição. Está próximo, está bem perto de verificar a sinceridade da Oposição. Af nós vamos examinar se eles

querem mesmo eleição direta para as capitais, onde colocaram prefeitos nomeados, que antes, eles chamavam, pejorativamente, de biônicos, como chamam de biônicos os Senadores eleitos pelo processo indireto, e aceitam o apoio dos biônicos, elegendo inclusive um Senador biônico para Secretário-Geral do seu Partido. Incoerência. Inaceitável essa incoerência.

Antes de concluir o meu rápido pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. JOACIL PEREIRA — Vou apenas fazer uma comunicação à Casa.

O Ministro Jarbas Passarinho comunicou ao ilustre Líder Deputado Nelson Marchezan que, atendendo ao apelo de inúmeros Deputados e Senadores do nosso Partido, o PDS, resolveu revisionar o Decreto-lei nº 2.087 para excluir o art. 2º, que vem sendo considerado como prejudicial aos aposentados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas: dois assuntos: em primeiro lugar registro de público, nesta tribuna, um apelo para que o Vice-Presidente Aureliano Chaves, no exercício da Presidência, sancione o projeto de lei do ex-Deputado Célio Borja, aprovado na Câmara, aprovado no Senado, aguardando sanção do Palácio do Planalto nos quinze dias que a Constituição prevê, que amplia a Lei de Anistia. Creio que o projeto de lei de Célio Borja não esgota todos os problemas que ficaram pendentes com a Lei de Anistia. Temos outros projetos tramitando aqui que merecem aprovação. Seria um grande gesto do Vice-Presidente, na interinidade da Presidência da República, sancionar esse projeto de lei, de seu antigo companheiro de UDN — Célio Borja e Aureliano pertenceram à UDN — e que refaz uma parte da Justiça para os anistiados, que ficou por ser feita quando da Lei de Anistia.

Em segundo lugar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, durante todo dia de hoje, ouvimos sofismas neste plenário. Há pouco, o nobre Líder do PDS fez um apelo para o entendimento, para a negociação em relação à emenda do Governo, mas verbera aquilo que já foi produto de entendimento, quando a emenda do Governo que restabelecia a eleição direta para Governadores foi subemendada pela Oposição, ampliando a eleição direta já para Presidente da República à época. Houve negociações, houve apelo das Bancadas majoritárias para que fosse acatado aquilo que tinha vindo do Governo, para que se votasse o original, e deixasse, para um debate posterior, a eleição direta para Presidência da República. Nada mais fizeram as Lideranças oposicionistas do que participar de um acordo, certo ou errado, para agora ser verberado pela própria Liderança que as chamou, há pouco, a um acordo. Não estava eu na Liderança do meu partido. Posso não apoiar a atitude assumida, àquela época, pelas Lideranças principais da Oposição, mas, sem dúvida, mostra essa denúncia feita hoje pelo Líder do PDS, a face verdadeira do Partido que procura acordo um dia e depois acusa aqueles que aceitaram o acordo. É uma boa advertência para os dias que irão se suceder ao 25 de abril, se, por um acaso — que espero não aconteça — a Emenda Dante de Oliveira não for aprovada.

Os mesmos que vêm a este Plenário sofismar, dizendo que a Oposição votou contra a anistia, quando está nos Anais que a anistia foi aprovada por voto de Líder dos dois Partidos existentes, Arena e MDB, havendo apenas um voto divergente assinado por dez ou onze Deputados, porque antes se tinha ferido uma votação nominal, na Emenda Djalma Marinho, da anistia ampla, geral e restrita. Aí, nós votamos a favor e eles é que votaram

contra. E depois, não houve verificação nominal no projeto do governo e a Oposição votou favoravelmente.

Os mesmos que reescrevem a história deste Congresso, sem ler os Anais, trazem agora argumentos do tipo de que a Oposição não estava presente no dia da votação da emenda das capitais, em dezembro passado, que foi uma artimanha a presença daquela emenda que estava marcadamente inicialmente para março, tendo sido antecipada para dezembro — a emenda era do ex-Senador Mauro Benevides. A votação começava pelo Senado, a Mesa verificou e declarou que no Senado não havia **quorum**; o Líder do PMDB, na Câmara, foi ao microfone, pedindo verificação nominal da presença dos Deputados que enchiham esta bancada daqui, do PMDB, do PDT, do PT, do PTB, para garantir historicamente o direito daqueles que tinham comparecido. A verificação não foi feita. Era anti-regimental, explicou a Mesa, porque havia falta de **quorum** no Senado.

E no Senado tem, por acaso, a Oposição **quorum**? Não! A Oposição tem 1/3 dos Senadores, o Partido do Governo tem 2/3. É bem verdade que estavam em plenário dois Senadores do PDS naquela ocasião, mas não havia **quorum**, não havia presença suficiente na Casa. Entretanto, este argumento é usado, utilizado várias vezes como um grande sofisma. É reescrever a história sem prestar atenção nos Anais, sem olhar a realidade dos fatos, e lamentavelmente isto serve de argumento para aqueles que querem fugir da vontade popular.

Pergunto ao Líder do PDS: em que nos baseamos para dizer que a maioria do povo está a favor das diretas? Aceitem a proposta do plebiscito e vamos olhar. Abram as urnas, agora sem urnas é que eles não vão saber, e fuzilando das urnas é que eles não poderão garantir a vontade popular.

Façamos um plebiscito pelas eleições diretas. É fácil. Está aí a proposta de acordo, nós somos abertos, nós não estamos intransigentes. Vamos votar a favor da Emenda Dante de Oliveira, mas aceitamos qualquer negociação que inclua as eleições diretas, já! Querem através de plebiscito? Vamos ao plebiscito, tenham a coragem de ir ao plebiscito, busquemos a vontade popular. Se acham que essa vontade das pesquisas dos 90% é só das Capitais, vamos fazer o plebiscito em todo o País.

Aliás, o nobre Líder do PDS é bom perdedor de votos, porque perde desde o Brigadeiro, desde a redemocratização de 1945. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desde o tempo do Imperador Pedro II, os habitantes do Município de Pedro II reivindicam a construção de um açude naquele município. Esse açude foi inicialmente denominado Mamoeiro. Todavia, Sr. Presidente, apesar dos seus desejos, o magnânimo Imperador não pôde construí-lo; ficou apenas numa visita de engenheiros e técnicos, e não sabemos, mesmo, se concluíram aqueles estudos.

Posteriormente, quando fomos eleitos Deputado Federal nas legislaturas de 1958/62 e na seguinte, nos foi possível, com o apoio da Constituição de 1946, consignar verbas na Lei de Meios do Orçamento da República para a construção do Açude Mamoeiro. As dotações permitiram que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas iniciasse aqueles trabalhos. Posteriormente aqueles serviços foram suspensos porque o DNOCS considerou inviável a construção pelos estudos do terreno, os estudos geológicos. Tivemos, então, que aceitar a manifestação do DNOCS e pleitear verbas para a construção do Açude Joana, já noutra bacia situada no Rio dos Matos que tem sua nascente no Município de Pedro II. Poderíamos conseguir, com essa represa, cerca de

26 milhões de metros cúbicos de água para atender à população da cidade de Pedro II e para irrigação das terras do município.

Chegamos a consignar verbas também no orçamento, àquela época, para o inicio dos trabalhos de construção do Açude Joana. Todavia, em 1964, houve a Revolução e não nos foi possível mais, apesar do apoio que demos à época àquele movimento, ter forças para iniciarmos aqueles trabalhos.

A partir de 1967, não nos foi possível, de acordo com a nova Constituição, criar despesas ao Tesouro, legislar em matéria financeira. De modo que ficou a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, ou seja, do Ministério e Viação e Obras Públicas, a construção daquele reservatório de água. Os anos se passaram, o Ministério de Viação e Obras Públicas deixou de ser o órgão que dirigia aqueles serviços, passando à responsabilidade do Ministério do Interior.

A partir de 1979, começaram a ser consignadas as primeiras verbas para a construção do Açude Joana, no Município de Pedro II, mas há menos de um ano, Sr. Presidente, fomos surpreendidos com a mudança do local Joana para o lugar Guaribas, também no Município de Pedro II, e nas proximidades da cidade. Protestamos contra esse desacerto que nos dava uma reserva d'água menor e ainda comprometia terras onde a produção de cana-de-açúcar e cítricos eram considerados importantes terrenos às margens da cidade, às suas portas.

Afinal, para não perdermos a oportunidade de oferecer água à população de Pedro II, terminamos concordando, desde que as indenizações fossem pelo preço justo e não fossem espoliados os proprietários de pequenas parcelas de terras daquela região.

Então, ficou assentado que não só o preço seria justo, de acordo com o que fosse arbitrado na região, como também que os serviços não seriam suspensos, desde que iniciados. Mal começaram os trabalhos, foram suspensos os serviços e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas nos informa que a verba destinada à continuidade daqueles trabalhos está no Pró-Hidro. O Ministério do Interior solicitou do Ministério do Planejamento, do Ministro Delfim Netto, da SAREM, que fossem liberados 25 bilhões do Pró-Hidro e essa verba seria destinada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, cerca de 6 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, pois sem isso o açude não teria prosseguimento.

Queremos mostrar ao Ministro Delfim Netto que não se justifica maior retardamento nesses trabalhos, nem que o povo desta pequena comunidade piauiense seja cada vez mais comprometido pela falta da construção deste reservatório, que permitirá fornecer água à população da cidade já tão prejudicada, e com seus serviços implantados a partir do governo do grande Presidente Juscelino Kubitschek.

Sr. Presidente, é assunto da maior indagação, daí por que esperamos que o Ministro Delfim Netto diligencie no sentido de que essas verbas do Pró-Hidro sejam liberadas, de modo a atender ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e esse Departamento possa cumprir as cláusulas dos compromissos que foram assumidos perante o povo de Pedro II.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito obrigado.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Rolleberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE) Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Apesar dos esforços que são desenvolvidos pelo Governo Federal e governos estaduais em prol do desenvolvimento do Nordeste, a situação de pobreza em que se encontra a região continua se aprofundando. Senão, vejamos: acentua-se a vulnerabilidade da pequena produção em face das adversidades climáticas, cai o nível de

produção de toda a região, concentra-se a propriedade em mãos de poucos, reduz-se o emprego da força de trabalho rural e urbana, decrece a produção de alimentos básicos, alastram-se a fome e o trabalhador rural é expulso do campo, indo sobreviver na periferia dos centros urbanos.

Diagnóstico bem mais preciso foi apresentado pelas federações do comércio de todo o Nordeste, em memorial apresentado na reunião da Confederação do Comércio, em Brasília, em dezembro de 1983 e que fora enviado ao excelentíssimo Senhor Presidente da República. Afirma aquele documento que "a miragem do desenvolvimento nacional confundiu e obliterou a própria consciência nacional, inclusive dos nordestinos, sempre generosos para com a Pátria, de maneira que, em nome dos interesses nacionais, o Nordeste suportou, até agora, o amargor de uma grande decepção, consciente de que tudo resulta de erros de estratégia, concentrando o desenvolvimento econômico e social e condicionando as várias regiões do País ao risco da região onde se verifica a concentração".

Insiste, porém, aquele documento subscrito pelas federações do comércio de todo o Nordeste que "a problemática do Nordeste deve ser equacionada pelos nordestinos, e as soluções devem ser reivindicadas vigorosamente pela sociedade junto ao Governo".

Não permaneceram as federações do comércio do Nordeste somente a criticar as desarticulações e descontinuidades de políticas do Poder Público. Apresentaram, também, sugestões que, implementadas, poderão alterar profundamente o quadro estrutural da região.

Poderíamos, resumidamente, citar como principais sugestões das federações do comércio de todo o Nordeste:

— volta à política de equilíbrio regional, com o chamamento do Nordeste à mesa das negociações e das deliberações políticas, sociais, econômicas e institucionais;

— restabelecimento da plenitude dos incentivos fiscais e consequente fortalecimento da SUDENE. Os recursos dos incentivos fiscais, à ordem da SUDENE, foram mutilados nos princípios que regeram a sua instituição e no volume de capital disponível. Os incentivos setoriais representaram o primeiro golpe mortal nos incentivos regionais. Hoje, no Nordeste, a SUDENE, BNB e demais órgãos e entidades do Poder Público, antes engajados no desenvolvimento regional, estão exaurindo suas forças. O fortalecimento destas instituições representa a retomada da sua capacidade efetiva de promover e controlar um autêntico programa de desenvolvimento regional. Estas instituições precisam novamente se responsabilizar pela orientação de todas as decisões do setor público e privado, em relação ao Nordeste, principalmente impulsionando o planejamento de novas inversões na região;

— segundo as federações do comércio do Nordeste, impõe-se, ainda, uma reforma agrária na região, ao afirmar: "sabidamente, um dos grandes problemas da região é o fundiário, seja pela inutilidade das terras em contraste com a sua fertilidade, seja pela sua má distribuição, seja pela ausência de elementos condicionantes à sua utilização, entre os quais a água, a energia, o transporte e a tecnologia". É importante salientar como as federações do comércio do Nordeste insistem num conceito bem abrangente de reforma agrária e que carece do concurso de todos os segmentos produtivos para a sua realização: "a reforma agrária que se impõe tanto necessita do concurso da média e grande empresas, capaz de arcar com a responsabilidade de investimentos compatíveis com a sua escala econômica, quanto da pequena propriedade, funcionando quase como a unidade familiar de produção". Insiste, ainda, aquele documento das federações do comércio do Nordeste que "a irrigação é condição sine qua non para a viabilização do aproveitamento da terra como bem de capital integrado no processo produtivo".

Como se vê, todas as forças vivas do Nordeste estão a postos e determinadas a interferir decisivamente para a

alteração das arcaicas estruturas produtivas da região e para a superação dos desniveis regionais.

É salutar ver que os representantes do comércio superaram aquela fase do imediatismo e das circunstancialidades que sempre marcaram as soluções de longo e curto prazos no Nordeste.

Acredito que, com o concurso das classes produtoras, do comércio e de todos os segmentos da sociedade civil, o Nordeste integrar-se-á, efetivamente, no dinamismo da moderna economia brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denis Arneiro.

O SR. DENIS ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Deparamos com um noticiário na *Gazeta Mercantil* do dia 5 do corrente, na seção de transportes, com a notícia de que o nosso Ministro dos Transportes, Dr Cloraldino Severo, vai à Washington conseguir, junto ao "BIRD", um empréstimo de US\$ 400 milhões, para conservação de quatro mil quilômetros das nossas estradas rodoviárias, dos 11 mil quilômetros que estão em péssimo estado de conservação.

Sr. Presidente, não sou engenheiro, não sou técnico em estradas e sim, um dos seus usuários, mas até hoje, não consegui entender o porque sempre que precisamos construir estradas novas ou conservar as existentes, temos que recorrer à empréstimos internacionais. A nota detalha ainda que, outras negociações estão sendo entabuladas, para novos trechos de estrada e que, mais de US\$ 200 milhões, serão tentados junto ao Banco Mundial, para dentro do Programa "BIRD-7", acertarmos mais recursos para restauração do sistema rodoviário no País. Diz ainda que outros 7 mil quilômetros de ferrovias, estão com seus trilhos em condições ruins de conservação no país e que um dos trechos prioritários é o que liga Belo Horizonte à cidade de Costa Lacerda, em Minas Gerais, por onde transita grande parte do minério destinado ao Porto de Tubarão, para as nossas exportações. Segundo o Ministro, o "BIRD" dá prioridade para este tipo de empréstimo de restauração, considerando como de retorno econômico garantido. Tudo isto é ótimo para nosso País que, atualmente está tão carente de estradas em condições de tráfego, tanto rodoviário como ferroviário. Ocorre Sr. Presidente que não posso entender, como um país que tem sua fábricas de cimento, hoje trabalhando com 50% de ociosidade, não procure utilizar uma metodologia nova de construirmos nossas estradas ou repararmos as antigas, com produto nosso. Temos hoje, firmas de Assessoria e Planejamento de primeira ordem, temos uma gama de empreiteiras também de primeira qualidade, tanto é que já estamos no mercado internacional competindo em igualdade de condições com o resto do mundo neste setor e aqui, não conseguimos encontrar formas de cruzar este País de Norte a Sul com estradas cimentadas. A mão de obra é nacional, o calcário utilizado no cimento é nacional, as fábricas na sua maioria esmagadora pertencem a grupos nacionais: por que não exigir também um planejamento de construção de estradas, para utilização de tudo o que é nacional? Já imaginaram Srs. Deputados, acelerarmos novamente a construção de rodovias pavimentadas, com prioridade para os Estados que hoje estão tornando-se os grandes produtores nacionais, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Pará, etc., como teríamos, nos grandes centros consumidores de alimento básico do povo brasileiro, bem mais barato? Digo isto Sr. Presidente, porque transporte é o meu setor de atividade e sei que uma estrada em mal estado de conservação custa mais de 30 ou 40% em termos de consumo de óleo diesel. O óleo diesel hoje, nas planilhas de custo do transporte empresarial, já chega próximo a trinta e cinco

por cento dos seus custos e, no caso do transportador autônomo, chega a ultrapassar a 50%. Como vamos querer baixar a inflação barateando o essencial que é a alimentação, com custos de transportes quase que inacessíveis? Jamais conseguiremos este milagre. Acho Sr. Presidente, que é prioritário que todo o Governo e iniciativa privada, venha debruçar-se sobre estas pesquisas, para construirmos estradas de cimento com durabilidade necessária que cubra os seus custos. Mesmo que fossem mais caras, não estariam dispendendo nada importado e seria uma forma de conseguirmos, por todos os estados brasileiros, milhares de novos empregos, tanto na área técnica, como no setor primário de construção, que é o mais afetado pela crise econômica que abala o nosso País. Conhecemos dezenas de países no mundo, já transitamos por milhares de quilômetros de estradas, todas construídas de cimento e, nem por isto, deixam de ser estradas de primeira qualidade, durabilidade e de grande densidade de tráfego. Nesse convênio para conservação dos piores trechos de estradas que estão nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, exatamente os estados onde estão concentradas a produção de mais de 70% de cimento no Brasil — com isto, o transporte dessa importante matéria prima sairia bem mais em conta no custo destes empreendimentos que reputamos também, com o Sr. Ministro, dá maior prioridade.

Fica aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas a sugestão de um leigo em construção de estradas, mas um grande usuário das mesmas, que acham-se realmente em preário estado, onerando tudo que por elas são transportadas. Preocupa-nos muito, não só a reparação das estradas já construídas e, praticamente sem conservação, mas ainda, os atuais estados que foram transformados em celeiros do Brasil e uns verdadeiros produtores de dólares com sua produção de grãos que poderão ficar, a qualquer momento, isoladas, por falta de estradas, bastando que, para a época da colheita e transporte, tenhamos muita chuva.

Sr. Ministro Cloraldino Soares Severo, conhecemos o seu dinamismo e a sua vontade de acertar naquilo que se propõe a fazer — vamos juntos todos, procurar os meios necessários de tentar gastar menos dólares naquilo que podemos fazer em cruzeiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Obrigado.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A oposição tem colocado de tal maneira o problema das diretas, parecendo que ou há salvação pela eleição direta ou então será a tragédia nacional. A opinião pública está pressionada de tal forma que hoje mesmo o Sr. Leonel Brizola, que aliás tem grande experiência nesse setor, manipula todos os meios de publicidade, toda a força do Governo da Guanabara, para colocar a serviço dessa pressão sobre opinião pública, para que se faça isso contra este Congresso, porque é este Congresso que votará a Dante de Oliveira.

Sabemos que tudo isso é feito para assumir o poder. Não se pensa em democracia, fazem disso um misto de oportunismo e de derrotismo. Dizem que o Governo do Presidente Figueiredo está caminhando para a morte, que estamos assim como que levando o País à bancarrota, quando é a sexta nação em população do mundo, a oitava em produto bruto, e tem um programa de energia que não se iguala no mundo. Fazem disto, desse derrotismo, a sua bandeira. Mas usam, sobretudo, do oportunismo, como vimos aqui, pois se o colégio eleitoral estivesse favorável ao PMDB e às oposições, nesta hora eles estariam aqui calados sem fazer esse tipo de pressão.

Não se defende a democracia, não se defende a liberdade neste País. Não! O que se está defendendo é a to-

mada do poder. O que se pretende, realmente, é fazer da bandeira das diretas um casuísmo para que a Oposição assuma o poder. Esta é que é a verdade, como se a eleição indireta fosse menos democrática.

Em 1934, quando queríamos consolidar a democracia no Brasil, foi através da eleição indireta que o Senhor Getúlio Vargas assumiu o poder; em 1891, também assim o foi. O Congresso elegeu o Presidente da República, estabilizando assim o regime democrático. Mesmo em várias ocasiões em que este Congresso esteve como o equilíbrio do sistema democrático, foi ele que se colocou à altura da democracia brasileira.

Acho que o Congresso deve protestar contra essa pressão que se faz contra ele, sobretudo contra o regime democrático, porque eles estão tramando para assumir o poder, mas tramam, acima disso, a queda da democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O atraso na liberação dos recursos destinados ao financiamento de custeio da safra de borracha de 1984 está trazendo prejuízos incalculáveis à extração do látex. Desde dezembro, os seringalistas aguardam com ansiedade o início dos financiamentos, obtidos através das agências do Banco da Amazônia, e o rumor de que eles só seriam liberados a partir de junho está causando revolta na região.

O Presidente do Sindicato da Indústria da Extração da Borracha no Estado do Amazonas, Sr. Mustaf Said, em carta circular, cita os "resultados desastrosos que essa retenção causará à produção gumífera brasileira". Diz ele:

"Cremos, por isso mesmo, que as autoridades responsáveis pela adoção da medida justificada, ignoraram que os seringais de maior produção, notadamente no Amazonas e no Acre, localizam-se nos altos rios, cujas águas, a partir de abril, atingem níveis que não permitem a navegação e se tornam assim praticamente inacessíveis. Como, pois, atingí-los depois de junho, que é quando, segundo sabemos, aquela Secretaria (do Planejamento da Presidência da República) pretende, e se não acontecer nenhuma circunstância em contrário, liberar o financiamento?"

Esse financiamento destina-se a dar ao seringueiro os instrumentos necessários à sua subsistência e seu trabalho na selva — ou seja, compra de produtos alimentícios e facção, pólvora, etc. A impossibilidade de adquirir esse material fundamental à execução de seu trabalho retarda o início da extração do látex, prejudicando o seringueiro, a indústria, o Estado e a Nação.

A produção de borracha brasileira é hoje em torno das 40 mil toneladas de borracha bruta, e ela já está aquém do consumo interno, sendo necessário importar para abastecer as nossas indústrias. O atraso significa uma redução da produção prevista, aumentando em consequência as importações e a nossa dívida externa.

Como a meta econômica brasileira proposta pelo próprio Governo Federal é exportar mais e importar menos, buscando um superávit na nossa balança comercial, o atraso na liberação de recursos para custeio da safra da borracha mostra-se conflitante com a política econômica em vigor.

Além disso, os prejuízos aos seringueiros desestimulam a permanência no setor. O atraso no início do financiamento significa que ele deverá voltar ao seu seringal vazante do rio, quando ele já não permite mais a na-

vegação, transportando as mercadorias adquiridas com a verba de custeio da produção. Tamanhas dificuldades, somadas às naturalmente enfrentadas na selva amazônica, aceleram a evasão de mão-de-obra e aumentam o desemprego.

Por considerar justa a reivindicação, apelo às autoridades competentes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para que se sensibilizem com o problema do seringalista amazônico, e autorizem o quanto antes a liberação dos recursos destinados ao custeio da produção de borracha de 1984.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Por mais paradoxal que possa parecer, sendo eu oriundo de um Estado rico, o Paraná, o assunto que vou tratar aqui, nesta noite, é um assunto que lamentavelmente não deveria existir em nosso País.

Sr. Presidente, sou de uma região muita rica, o norte do Paraná, mas a demonstrar como andam as coisas neste País, eu diria que é inconcebível o que, agora, vou dizer aqui. Há alguns meses, membros da UNICEF, que é um órgão das Nações Unidas, visitavam a cidade de Florestópolis, no Estado do Paraná, que fica mais ou menos a 80 quilômetros de Londrina, que é o polo da região. E por que a UNICEF visitava esse município? Pasmem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a UNICEF visitava esse município porque ele foi, numa pesquisa por ela elaborada, apontado como o de maior índice de mortalidade infantil.

Isso é entristecedor, é vergonhoso, não só para o País, potencialmente rico como o nosso, mas principalmente para o meu Estado, tido e havido como rico.

Sr. Presidente, logo que aqui cheguei, um Deputado do PMDB do Ceará, em meio àquela campanha "Nordestinos em Busca de Solução", me fazia um apelo para que, sendo eu de um Estado rico, procurasse encontrar, lá, pessoas ou clubes de serviço que assumissem um município de seu Estado. E eu dizia ao nobre colega, naquela época, que isso não era possível, porque também tínhamos no nosso Estado, problemas de fome, de miséria, de desemprego, de flagelo, e S. Ex^e praticamente não quis acreditar.

Agora, com base nesses dados da UNICEF, há um município da região de Londrina, o município de Florestópolis, o que maior índice de mortalidade infantil apresenta. Deveria estar falando aqui para todo o Brasil, mas parece-me que falo apenas para meia dúzia de Parlamentares, para os funcionários desta Casa e tenho a impressão de que para mais ninguém.

Temos, naquela região, a usina central do Paraná, de propriedade do Grupo Atalla. Recentemente a Pastoral da Criança do Município de Florestópolis foi punida pelo Grupo Atalla, porque teve coragem de denunciar que esse grupo é responsável pelos bolsões de pobreza, de miséria e até de mortalidade infantil naquela área.

Quem é o grupo Atalla? Será que alguns dos Srs. Parlamentares, com assento neste Congresso, já ouviram falar nesse grupo? É um grande grupo econômico, com raízes em vários Estados, com diversificação na economia brasileira e que tem recebido sistematicamente apoio, ajuda e benesses do Governo Federal.

Estamos aqui como um dos representantes daquela região, para deixar registrado, Sr. Presidente nosso apelo às autoridades maiores deste País, para que adotem medidas eficazes visando a acabar com a mortalidade infantil desta Nação, visando a adotar mecanismos que impeçam a fome neste País.

Se venho falar que no meu Estado, o Paraná, um Estado rico, existe um alto índice de mortalidade infantil, em decorrência da fome, imaginemos o que está acontecendo realmente em outros Estados menos desenvolvidos economicamente neste País.

Hoje é um dia de grande importância para os democratas deste País e para o povo brasileiro: o maior comício pelas eleições diretas está se realizando no Rio de Janeiro, a capital da República de ontem e a capital pensante de hoje deste País.

E o que estamos fazendo aqui, exatamente neste dia para diminuir as injustiças sociais que existem esparramadas pelos vários cantos desta Nação?

Sr. Presidente, para concluir, registrar aqui a minha tristeza como brasileiro, a minha tristeza como filho de alguém que saiu do nada e conseguiu chegar à mais alta Casa Legislativa deste País...

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — O tempo de V. Ex^e está encerrado.

O Sr. José Tavares — Vou concluir, Sr. Presidente; mas quero registrar a minha tristeza por saber que não só na minha região, no meu Estado, como em muitas regiões deste País, crianças morrem de fome e muitas vezes instituições da Igreja, criadas para tentar minimizar este flagelo — como é o caso específico e a razão do meu pronunciamento são punidas. No caso particular, aquela instituição teve coragem de denunciar que o grupo Atalla, explorador da Usina Central do Paraná, no meu Estado, cortou a ajuda que dava a uma instituição de caridade cujo objetivo era minimizar o sofrimento de centenas de crianças necessitadas de ajuda.

Fica registrado o meu apelo às autoridades maiores desta Nação para que encontrem, com urgência, soluções para esses problemas. Do contrário, Sr. Presidente, ainda assistiremos neste País, coisas que não gostaríamos de ver.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um dos mais dramáticos problemas brasileiros é aquele decorrente da intervenção não planejada, predatória e irresponsável subordinada a miopia e imediatismo de visão, sobre recursos físicos, solos, águas e meio ambiente no Brasil.

Lamentavelmente o Brasil nunca planejou, numa perspectiva socialmente justa, economicamente correta e numa filosofia de preservação, conservação e renovação de seus recursos físicos.

E uma das áreas mais sujeitas a intervenção sem a correta e adequada avaliação dos efeitos e resultados, a curto, médio e longo prazo diz respeito aos recursos d'água. Mexe-se no sistema hidrográfico do Centro-Sul — construção de Itaipu — com a mesma tranquilidade que se constrói Tucuruí e Belbina na Amazônia, sem avaliar as consequências às vezes irremediáveis da intervenção. E, no caso do Nordeste, como o problema grave é d'água, implantam-se barragens grandes, médias e pequenas, consumindo os solos mais férteis, não avaliando os arrombamentos em cadeia, as inundações ou alterações climáticas. Propõe-se interligar as Bacias do São Francisco e dos rios secos do nordeste da mesma forma. Não se quer saber de estudos aprofundados de caráter geológico para perfurar poços levando a erros nos usos dos recursos subterrâneos ou a perfuração de poços secos.

Seria fundamental estabelecer um planejamento de uso dos recursos d'água, objetivando atender às prioridades iniciais de água para as populações beberem, depois para os animais e as culturas. E que toda a intervenção estaria subordinada a um estudo prévio das bacias hidrográficas, das mudanças climáticas, e não se ad-

mitindo a construção de açude com avaliação dos seus mananciais em todo o seu curso para que os barramentos ou provoquem inundações ou arrombamentos sucessivos ou fiquem incapazes de serem atingidas as suas cotas d'água por barramentos iniciais inadequados.

Na perspectiva da preocupação com tal questão é que aproveitamos o ensejo para transcrever editorial do jornal **O Povo** sob o título "segurança dos aços" onde se analisa a questão ora aflorada por este parlamentar. Segue o editorial:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO LUSTOSA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

SEGURANÇA DOS AÇUDES

A longa crise climática por que vimos passando dissipou algumas dúvidas que persistiam quanto à função e à eficácia da ação. Demonstrou à sociedade que não procedem os preconceitos de que foi alvo, pelos tempos afora, o grande reservatório. Longe de serem os "câpios artificiais" da expressão de Orlando Parahym, que pouco influíram no processo de mudança do fáceis econômico e social da região, os aços de porte do Banabuiú, do Orós, do Araras, do Pentecoste e do Caxixé asseguraram, no decorrer dos tempos mais difíceis, não só a água para desidratar os homens e os rebanhos mas também o alimento de teor protéico e a irrigação de terras.

Passada a pior fase da crise cabe-nos indagar — o que teria sido feito das populações de amplas faixas dos sertões, não fossem os potenciais hidráulicos desses reservatórios em cuja construção investiram-se vultosos recursos públicos? Pode-se dizer que sem eles teria havido nessas áreas a maior diáspora de todos os tempos. Fornecendo água para projetos de irrigação ou produzindo peixes os grandes reservatórios desempenharam papel de capital importância. Se os governos colocarem como meta a ser atingida, nos próximos anos a irrigação de terras em grande escala, devem dar ênfase, desde já, à grande e média ação, fazendo executar todos os projetos já elaborados, ou em via de elaboração, pelo DNOCS, dentre os quais sobressai no Ceará o do aço Castanheiro, no rio Salgado, com capacidade para reter quase dois bilhões de metros cúbicos. Mas a crise evidenciou também, a necessidade de ser reativa a pequena e média ação, sobretudo à base da cooperação entre os governos e os proprietários rurais, visando a propiciar a estrutura hidráulica de que não pode prescindir o Nordeste para enfrentar, sem maiores danos para a sua economia, os azares do tempo. Já não se pode conceber em nossos dias uma propriedade rural sem ação ao nível das suas possibilidades de produção.

O programa de ação em cooperação deixou de operar em 1967, por estranhos desígnios do Sr. Jânio Quadros. Por meio dele, o DNOCS concedia assistência técnica e financeira à construção dos aços requeridos. Saí de cena deixando a paisagem do Nordeste enriquecida com 596 aços com capacidade de acumulação que varia entre 500.000m³ e 5.000.000m³ acima. Todos esses reservatórios ajudaram, em maior ou menor medida, o sertanejo a enfrentar a seca. Por terem sido construídos com a observância de normas técnicas vêm resistindo aos caudais dos rios e riachos nos invernos mais fortes, não obstante ser comum a ruptura à montante de pequenas barragens construídas sem quaisquer projetos.

No entanto, como revelava ainda ontem este jornal, muitos desses aços, que se poderia dizer sólidos, correm sério risco de arrombamento devido ao vezos dos proprietários de lhes aumentar o volume sem o devido respaldo técnico. Esse risco é agravado pelo fato de terem sido construídos na bacia hidrográfica desses reservatórios, dentro da sistemática dos planos de emergência e dos "bolsões", muitos outros de porte menor mas em

respeito às normas mais elementares da engenharia hidráulica. A construção não foi precedida de estudos hidrológicos e de solos. E a falta d'água não se lhes compactaram os maciços, nos quais foram utilizados materiais de consistência discutível. São os famosos aços "Sonrisal", que se desfazem ao impacto de um enxurrado impetuoso. Onde anda, a estas alturas, a "Lei das Águas"? Eis o que convém saber. Que se construam mais e mais aços. Mas com segurança. E racionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos.

O SR. DACY PASSOS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estava em meu gabinete, posto em sossego, quando ouvi, pelo som, um Deputado desta Casa, Vice-Líder do PDS, dizer que achava que tinha perdido toda sua inteligência, porque não entendia o problema das eleições diretas e da sua potencialidade, em relação à solução dos problemas nacionais.

Fui professor, demitido pelo regime autoritário, essa democracia que eles vivem exaltando. Mas não foi como professor que desci. Não sou psiquiatra. Nem é preciso ser psiquiatra ou psicanalista. Os homens do sistema e do Governo fizeram psicoterapia de grupo, e tudo aquilo que era reprimido, no fundo de sua alma, começou a aflorar. O Presidente diz: "Quem ganha salário mínimo deve dar um tiro nos miolos". O Presidente do Banco Central diz: "Os mutuários do BNH devem se suicidar". O Líder do PDS, nesta sessão, diz: "Perdi a minha inteligência".

Quem seria eu para me intrometer na atividade tão séria, como é a psicologia profunda freudiana. Todos tiveram conhecimento da sua realidade. Mas acho que há mais em termo de psiquiatria. O clima é verdadeiramente de esquizofrenia. É como um ladrão, que se valendo do objeto que roubou, passa a acreditar tanto que ele é seu, que na tentativa de retomada, pelo legítimo dono, ou pela polícia, o que é mais normal, do objeto que havia furtado, reage indignado. É isso o que faz o PDS. Furtou, com casuismo eleitoral, uma eleição. Conseguiu um milagre intelectual, não de falta de inteligência, mas de excesso de esperteza, de fazer que, com menos votos, tivesse mais Deputados. Mas é esquizofrênico, porque passa a acreditar. Não apenas constrói castelos no ar, mas já está começando a morar neles. A eleição direta poderia não resolver problemas; poderia. Resolve um: os homens que não são desejados pelo povo não exerceriam o mandato, princípio que, eu acho, vem do tempo da democracia grega, realmente esforço intelectual excessivo.

Os homens que menosprezam a dignidade do povo, que se apropriam de recursos públicos ou que, como foi dito na sessão da tarde, fazem barretadas com chapéu alheio, que dão presentes não das suas fortunas, que não são pequenas, mas dos pobres recursos tributários que pagam o povo da minha cidade, São Paulo, esses homens não mais exerceriam mandato eleito. É simples. Na verdade, não precisaríamos nem de um psiquiatra, nem mesmo de um professor. Bastaria ter ouvidos e não ter filtros auditivos, para ouvir o clamor do povo. Oitenta, oitenta e cinco, noventa, noventa e cinco por cento da população diz que quer eleger o Presidente. Comete esse crime — parece que foi expressão usada, à tarde ou agora, em aparte ao Deputado Marcondes Pereira, do meu Estado — esse crime agitacionista. Estaria de acordo que a confissão do nobre Líder do PDS, realmente ela tem alguma coisa de verdade, porque confesso que nos decretos não me soa bem o timbre da expressão agitacionista. Parece que não ouvem o clamor lá fora, que leiam os jornais. E uma pesquisa da **Folha de S. Paulo**, diz que mais de 80% da população está disposta a nunca mais eleger aqueles que negarem as eleições diretas. Bem ra-

zoável. Raciocínio de pré-escola, já não vai dizer de primário porque aí é exigir demais. Raciocínio de pré-escola: se você não me der o meu voto de volta, eu nunca mais darei o meu voto a você. Acho que a situação do PDS, de setores do PDS cada vez mais minguados, do sistema cada vez mais ilhado, realmente não é invejável. Morrem por ter cão, administraram este País, se se pode usar tão mal este verbo, afundando-o na crise econômica-financeira, se mantém, carregam a alça do caixão em que transformaram este País, se permitem que o povo fale, serão proscritos daqui para a frente, e não temem o revanchismo, porque anistia até houve, o que temem é a apuração criminal, pela Justiça Comum, dos crimes contra a administração pública. É só isso. É muito simples. Não merecia ter ficado tão preocupado.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1983 (nº 1.722/83, na origem) vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sobre a mesa expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário

É lido o seguinte:

Brasília, 10 de abril de 1984

Sr. Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, para os devidos fins, que esta liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Lourival Baptista, pelo nobre Sr. Senador João Lobo, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1984 (CN), que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 7.130.000.000.000 (sete trilhões, cento e trinta bilhões de cruzeiros) e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Jutahy Magalhães**, Vice-líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Será feita a substituição solicitada.

O Sr. Hélio Manhães (PMDB — ES.) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Hélio Manhães.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES.) — Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, solicito a V. Ex^a, dada a evidente falta de quorum, o encerramento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — É regimental o requerimento de V. Ex^a. Efetivamente, não existe 1/6 de Srs. Senadores e Srs. Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CÓDIGO PENAL

Parte Geral

Projeto de Lei nº 1.656, de 1983

Quadro Comparativo: — Projeto de Lei nº 1.656/83
— Anteprojeto de 1981
— Código Penal vigente

Notas explicativas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — 70160 — Brasília — DF — ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

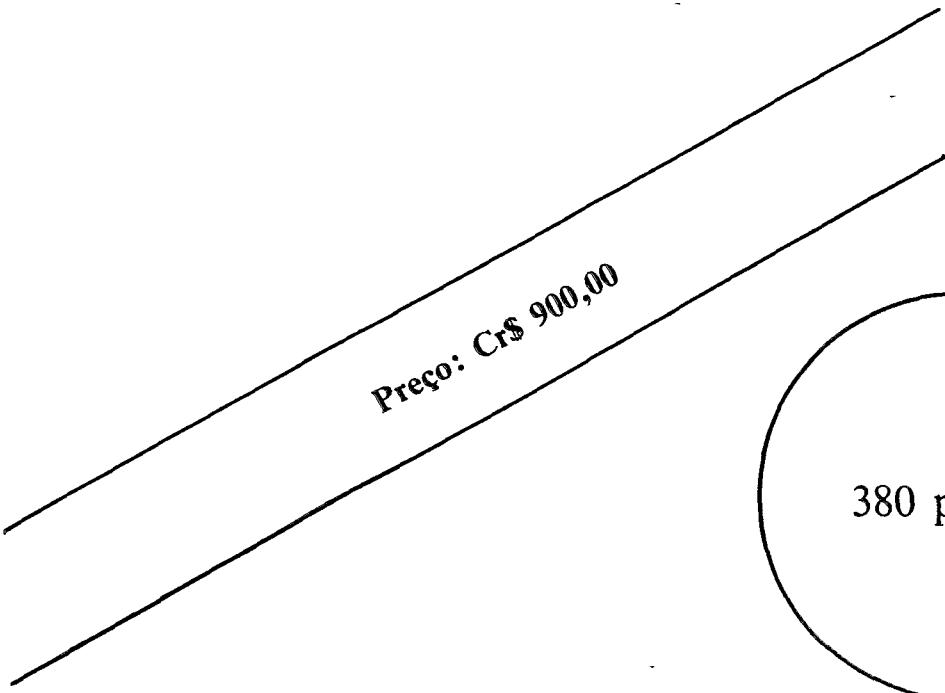
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO (4^a edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



Preço: Cr\$ 900,00



380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00